



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GIGLIOLLA DE LOURDES BATISTA MOURA

AS INFLUÊNCIAS DA TECNOLOGIA QUANTO À PRESERVAÇÃO DA
MEMÓRIA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A DIGITALIZAÇÃO DE
DOCUMENTOS PERMANENTES NO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA – PB

2021

GIGLIOLLA DE LOURDES BATISTA MOURA

AS INFLUÊNCIAS DA TECNOLOGIA QUANTO À PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA:
UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
PERMANENTES NO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade

JOÃO PESSOA – PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M929i Moura, Gigliolla de Lourdes Batista.

As influências da tecnologia quanto à preservação da memória : uma análise reflexiva sobre a digitalização de documentos permanentes no arquivo central da Universidade Federal da Paraíba / Gigliolla de Lourdes Batista Moura. - João Pessoa, 2021.

61 f. : il.

Orientação: Maria Cleide Rodrigues Bernardino.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Arquivo central da UFPB. 2. Digitalização. 3. Preservação. 4. Memória institucional. I. Bernardino, Maria Cleide Rodrigues. II. Título.

UFPB/BC

CDU 004.451.5(043)

GIGLIOLLA DE LOURDES BATISTA MOURA

AS INFLUÊNCIAS DA TECNOLOGIA QUANTO À PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA:
UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS
PERMANENTES NO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade

Banca Examinadora



Prof.^a Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino
(Orientadora - PPGCI/UFPB)



Prof.^a Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(Membro Interno - PPGCI/UFPB)

Prof.^a Dra. Ariluci Goes Elliott
(Membro Externo - PPGB/UFCA)

Aqueles que esperam no SENHOR renovam suas forças.

Isaías 40:31

AGRADECIMENTOS

À **Deus** em sua infinita misericórdia que me proporcionou força e determinação a cada dia para concluir este trabalho.

À minha família, meus pais **Jorge Luiz** e **Maria de Lourdes** que sempre se dedicaram integralmente à minha formação, me apoiando e acreditaram em mim até mesmo quando eu não acreditava, o meu eterno muito obrigada. À minha avó **Gizelda Batista** que está sempre presente em todos os momentos da minha vida, aos meus irmãos **Jonathan Luiz** e **Jefferson Luiz** que me apoiaram dando força e auxiliando em qualquer dúvida que eu perguntava, o meu muito obrigada. Amo vocês, minha família linda e querida.

À todos os meus amigos que de alguma forma acompanharam essa jornada e a todos os meus colegas de turma, em especial aos amigos **Anna Raquel** e **Levi Cadmiel**, que tornaram esta caminhada mais leve com gargalhadas e lanches nos intervalos das aulas.

À todos os professores do Departamento de Ciência da Informação que contribuíram de maneira fundamental para o meu crescimento acadêmico, em especial ao professor **Carlos Xavier**, à professora **Nayana Mariano**, à professora **Bernardina Freire**, à professora **Gracy Kelli**, ao professor **Henry Poncio** e especialmente à minha orientada **Cleide Bernardino**, pois sem a sua ajuda, dedicação, paciência, conselhos e conversas, este trabalho não teria sido concluído.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Organograma do Arquivo Central da UFPB	40
Figura 2	- Coleções Fotográficas	42
Figura 3	- Fotografia identificada e organizada por bolsistas em projeto de extensão	43
Figura 4	- Scanner Planetário em Estação de trabalho para digitalização	45
Figura 5	- Sala utilizada para realização da digitalização	46
Figura 6	- Sala utilizada para realização da digitalização	46
Figura 7	- Estante de arquivo do acervo da Reitoria	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Princípios da Arquivística	36
Quadro 2	-	Documentação digitalizada e documentação que ainda será digitalizada	48
Quadro 3	-	Procedimentos técnicos para digitalização de documentos	49
Quadro 4	-	Motivos para implementação da digitalização no arquivo	49
Quadro 5	-	Realização da preservação da documentação permanente digitalizada	50

LISTA DE SIGLAS

ACE	-	Arquivo Central
AC	-	Análise de Conteúdo
CEP	-	Comitê de Ética em Pesquisa
CI	-	Ciência da Informação
CNS	-	Conselho Nacional de Saúde
CONARQ	-	Conselho Nacional de Arquivos
CPAD	-	Comissão de Avaliação de Documentos
SIPAC	-	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SiArq	-	Sistema de Arquivos
STI	-	Superintendência de Tecnologia da Informação
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	-	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPB	-	Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

A memória institucional se encontra em uma constante evolução, à medida que a sua presença é cada vez mais requisitada nos cenários organizacionais. No entanto, os desafios de como subsistir em meio a tantos requisitos de eliminação e diversificação tecnológica, fazem com que a memória das instituições se encontre em uma linha tênue entre o apagamento e a preservação. Neste sentido, é preciso compreender a importância do arquivo e os aspectos de memória que os envolvem, relacionando-os com as inovações tecnológicas. Esta pesquisa apresenta como questionamento: Como a digitalização de documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB contribui para a preservação da memória institucional? Neste contexto, a preservação da memória institucional do Arquivo Central poderá contribuir para que através do arquivo, a memória seja conhecida. O Objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre a digitalização de documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB e sua contribuição para a preservação da memória institucional. Os objetivos específicos pautam-se em Compreender a Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD e o Decreto nº 10.278 (que estabelece os procedimentos técnicos e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados) para realização dos procedimentos de digitalização de documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB; Categorizar os documentos permanentes constantes do Arquivo Central da UFPB a serem digitalizados, de acordo com a TTD e o Decreto nº 10.278; Verificar os procedimentos efetivos do processo de digitalização dos documentos permanentes e sua relação com a memória institucional. A base lógica desta investigação está embasada no método hipotético dedutivo, os procedimentos metodológicos quanto aos objetivos estão baseados na pesquisa descritiva e exploratória. O funcionalismo é a teoria de referência para a definição e estabelecimento dos conceitos e hipóteses. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental. A pesquisa também utiliza a análise de conteúdo (AC) para analisar os dados coletados pela entrevista. Com relação às considerações finais, o Arquivo Central apresenta dedicação ao tentar seguir aos procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 10.278, assim como à Tabela de Temporalidade da UFPB, para realização do processo de digitalização da documentação permanente. Porém, o arquivo se encontra em desprovimento de condições técnicas e tecnológicas, em relação à preservação da memória institucional. Uma das limitações apontadas quanto à preservação da memória é a inexistência de um repositório digital confiável, para armazenamento da documentação permanente digitalizada, logo, desta maneira, não será possível preservar a memória da instituição a longo prazo, uma vez que, é necessário a utilização de repositórios digitais confiáveis, à medida que se possa ter controle informacional, confiabilidade e integridade documental, para que seja possível proporcionar a difusão e o acesso, porquanto, sem estes atributos, não se pode conhecer a instituição em seus tempos decorridos. A ausência de um repositório digital confiável pode apontar para um silenciamento da memória institucional, em virtude de que a documentação permanente digitalizada não está sendo preservada para o futuro, não há preservação a longo prazo, o que pode ocasionar a perda da memória da instituição.

Palavras-Chave: Arquivo Central da UFPB. Digitalização. Preservação. Memória Institucional.

ABSTRACT

Institutional memory is in constant evolution, as its presence is increasingly required in organizational settings. However, the challenges of how to survive amid so many requirements of elimination and technological diversification, make the memory of institutions find themselves on a fine line between deletion and preservation. In this sense, it is necessary to understand the importance of the archive and the memory aspects that involve them, relating them to technological innovations. This research presents as a question: How does the digitization of permanent documents from the UFPB Central Archive contribute to the preservation of institutional memory? In this context, a preservation of the institutional memory of the Central Archive can contribute so that memory is known through the archive. The general objective of this research is to reflect on the digitization of permanent documents from the UFPB Central Archive and its contribution to the preservation of institutional memory. The specific objectives are based on Understanding a Document Temporality Table - TTD implementation and Decree No. 10.278 (which technical procedures and requirements for digitizing public or private documents) for the procedures for digitizing permanent documents of the Archive UFPB Center; Categorize the permanent documents contained in the UFPB Central Archive to be digitized, in accordance with the TTD and Decree No. 10.278; Verify the effective procedures of the permanent documents digitization process and its relation with the institutional memory. The logical basis of this investigation is based on the hypothetical deductive method, the methodological procedures regarding the objectives based on descriptive and exploratory research. Functionalism is the reference theory for the definition and definition of concepts and hypotheses. The research stands out as bibliographical and documentary. The survey also uses content analysis (CA) to analyze the data collected by the interview. Regarding the final considerations, the Central Archive shows dedication in trying to follow the procedures obtained by Decree No. 10.278, as well as the UFPB Temporality Table, to carry out the process of digitizing permanent documents. However, the archive lacks technical and technological conditions in relation to the preservation of institutional memory. One of the limitations pointed out regarding the preservation of memory is the inexistence of a reliable digital repository for the storage of permanent digitized documents, therefore, in this way, it will not be possible to preserve the institution's memory in the long term, since it is necessary to use of digital repositories, as it is possible to have informational control, reliability and document integrity, so that it is possible to provide dissemination and access, since, without these attributes, the institution cannot be known in its elapsed times. The absence of a reliable digital repository can point to a silencing of institutional memory, as the permanent digitized documents are not being preserved for the future, there is no long-term preservation, which can lead to the loss of the institution's memory.

Keywords: Central Archive of UFPB. Scanning. Preservation. Institutional Memory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
2.1	CAMPO DA PESQUISA: O ARQUIVO CENTRAL DA UFPB	19
2.2	PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA	20
3	INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: AS IMPLICAÇÕES DE SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL	21
3.1	AS APROXIMAÇÕES ENTRE A MEMÓRIA, A ARQUIVÍSTICA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	26
3.2	LUGARES DE MEMÓRIA E A PERSPECTIVA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	27
4	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A ARQUIVÍSTICA	31
4.1	A ARQUIVOLOGIA NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E O FAZER TECNOLÓGICO	34
5	DESAFIOS DO ARQUIVO CENTRAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS	40
5.1	DESAFIOS DO ACE QUANTO À DIGITALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS	44
5.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DADOS	48
5.2.1	Relação dos procedimentos efetivos do processo de digitalização dos documentos permanentes com a memória institucional	51
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICES	59
	APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Aplicada	60
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	61

1 INTRODUÇÃO

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se expandiram de maneira grandiosa, ultrapassando fronteiras geográficas e rompendo linhas de delimitação de forma que as sociedades pudessem ter acesso à informação progressivamente. Nos anos 1950 na chamada ‘era da informática’, a introdução das tecnologias acelerou a produção e uso da informação, facilitando a organização e gestão das instituições e organizações privadas e governamentais. No caso dos arquivos, as TICs consolidaram a dinâmica do trabalho. Logo, é preciso compreender o arquivo e os aspectos de memória que os envolvem, relacionando-os com as inovações tecnológicas.

A memória é enunciada a partir de ocorrências outrora vivenciadas e que uma vez evidenciada no presente, permite identificar e compreender uma situação, fato ou fenômeno. Neste sentido, Pollak (1992, p. 201) afirma que

[...] Halbwachs, nos anos 20 e 30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

A memória por si mesma é um elemento essencial para construção e fortalecimento da identidade. A partir da memória as sociedades se consolidam e formam suas características fundamentais firmadas em torno de seu ideal identitário. No caso das instituições a memória está totalmente interligada às estruturas e aos acontecimentos alusivos às características institucionais. “As instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas fazes simétricas: lembrar e esquecer” (THIESEN, 2013, p. 29). A memória tem como uma de suas características principais o esquecimento, visto que, determinados fatores podem influenciar neste processo, como os suportes tecnológicos e o modo de utilização destes.

Nesta perspectiva, esta pesquisa está alicerçada no seguinte questionamento: **Como a digitalização de documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB contribui para a preservação da memória institucional?** A partir da pergunta problema, pauta-se esta investigação na seguinte hipótese: Difundir a memória institucional para que as pessoas que acessarem, possam fazer suas próprias leituras e interpretações. Desenvolver dentro da instituição, uma cultura de ensino educacional a partir do incentivo ao conhecimento da

memória da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) constante no Arquivo Central, pois isso irá contribuir para que a memória seja transmitida para os usuários do arquivo e a sociedade.

As instituições procedem de maneira racional, operando entre o que deve ser preservado e o que deve ser descartado, seja em arquivos físicos ou digitais, neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral **refletir sobre a digitalização de documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB e sua contribuição para a preservação da memória institucional.**

Os objetivos específicos são:

- a) Compreender a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) e o Decreto nº 10.278, de 19 de março de 2020, - que estabelece os procedimentos técnicos e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados -, para realização dos procedimentos de digitalização de documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB;
- b) Categorizar os documentos permanentes constante do Arquivo Central da UFPB a serem digitalizados, de acordo com a TTD e o Decreto nº 10.278;
- c) Verificar os procedimentos efetivos do processo de digitalização dos documentos permanentes e sua relação com a memória institucional.

Neste sentido, a pesquisa justifica-se primeiramente por uma inquietação em relação à preservação da memória institucional contida nos patrimônios documentais e pelo entendimento da necessidade de adoção da tecnologia e do uso de suportes digitais para o processo de digitalização. Por fim, justifica-se pela compreensão de que para o processo de digitalização, é imprescindível a verificação de todos os passos e cuidados necessários para assegurar que, não ocorra nenhum erro que culmine em uma perda irreparável de uma documentação, comprometendo a memória institucional.

Em âmbito científico, esta pesquisa evidencia que a digitalização pode contribuir para que a memória do patrimônio documental continue viva e seja transmitida para gerações a partir de medidas apropriadas de preservação e acesso. Assegurar os procedimentos e suportes adequados evita que a memória corra grandes riscos de ser esquecida, visto que este assunto é relevante para futuro das documentações. É necessário tratar das informações e memórias contidas nos documentos, uma vez que tem relação com pesquisas referentes ao acesso à informação através de novas ferramentas digitais e instrumentos de preservação e guarda.

Contribui para a arquivística no sentido de fazer uma reflexão quanto a digitalização e o modo que estamos fazendo uso dela, pois como profissionais da área precisamos estar atentos às inovações tecnológicas, trabalhando juntamente com outros profissionais da informação.

Auxiliando para o desenvolvimento da importância da arquivologia no meio digital, possibilitando novas perspectivas e desafios para os profissionais da área.

No ponto de vista social, a pesquisa auxilia no entendimento de que a falta de acesso devido a uma má gestão quanto a preservação documental, produz uma sociedade que não conhece seu passado e carece de identidade e conhecimento, devido a impossibilidade de acessar a documentação ou mesmo a falta de incentivo ao conhecimento. Possibilita à sociedade a abertura de novos conhecimentos sobre a história e a memória institucional, a partir do acesso à informação e práticas de incentivo ao ensino sobre a memória e sua importância. Consequentemente, através da realização desta pesquisa, é possível evidenciar o quanto a preservação da memória é relevante dentro do arquivo.

As instituições compostas de acervos documentais permanentes, aludem intrinsecamente à memória, que está intimamente ligada ao patrimônio. Dentro dessas perspectivas patrimoniais encontra-se o documento, como registro informacional.

O patrimônio documental por sua vez está contido na cultura social como registro informacional de valor permanente, o qual pertence a um acervo ou fundo arquivístico, vinculada a uma instituição de arquivo, em virtude de que constitui importância histórica e probatória, sendo improvável sua negação ou mesmo contradição, pois como evidência de confirmação de um fato, carrega consigo testemunho verdadeiro de uma ação.

Bellotto (2002, p.15) afirma que:

Fazem parte do patrimônio documental somente aqueles documentos que já:
1. Cumpriram sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados; 2. Não tramitam mais; 3. Passaram pelo arquivo corrente; 4. Foram submetidos às tabelas de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou aquela instituição. Estes conjuntos documentais, portanto, reunidos nos arquivos permanentes também chamados históricos, vêm constituir o patrimônio documental institucional, municipal, provincial/estadual ou nacional.

As instituições como lugares de memória preservam as características da memória coletiva, remetendo aos acontecimentos vividos e relatados continuamente. Diante disso, reiteramos que esta pesquisa levanta a problemática a respeito da digitalização de documentos e sua contribuição para a preservação da memória, uma vez que os documentos digitalizados precisam de tratamento adequado e acesso, para que sejam conhecidas e compartilhadas as suas informações e seus conhecimentos.

Os documentos digitalizados permitem à instituição que os detém, visualizar as informações dispostas em vários dispositivos, podendo ter sua forma de apresentação modificada a partir da inserção de um novo meio tecnológico avançado.

É fato afirmar que as tecnologias da informação contribuíram para a gestão e disseminação das informações ao longo de décadas, permitindo as sociedades uma comunicação mais facilitada e abrangente dos dados, possibilitando as instituições ferramentas e práticas de seleção da informação com um melhor desempenho para compor as atividades fundamentais de uma instituição. É importante salientar que,

[...] no mundo atual, onde cada vez mais organizações dependem da informação digital que produzem, torna-se premente a implementação de técnicas e de políticas concertadas que vão no sentido de garantir a perenidade e a acessibilidade a este tipo de informação (FERREIRA, 2006, p. 20).

Esta dissertação é composta por uma introdução, em que se apresenta a contextualização do tema e a justificativa da pesquisa, além do problema, hipóteses e objetivos da investigação. Em seguida, apresentam-se os Procedimentos Metodológicos e o Referencial Teórico com a Seção 3: ‘Informação e memória: as implicações de sua Construção Social’; a subseção 3.1 ‘As aproximações entre a Memória, a Arquivística e a Ciência da Informação’; a subseção 3.2 ‘Lugares de Memória e a Perspectiva da Memória Institucional’; a Seção 4: ‘A Ciência da Informação e a Arquivística’; a subseção 4.1 ‘A arquivologia no âmbito das instituições de memória e o fazer tecnológico’; a Seção 5 ‘Desafios do Arquivo Central: Análise Comparativa dos Dados’; a subseção 5.1 ‘Desafios do ACE quanto à Digitalização dos Documentos’; a subseção 5.2 ‘Análise de Conteúdo dos Dados’ e a subseção 5.2.1 ‘Relação dos procedimentos efetivos do processo de digitalização dos documentos permanentes com a memória institucional’ . Em seguida apresenta-se as Considerações Finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pretendeu refletir sobre a contribuição da digitalização dos documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB para a preservação da memória institucional.

A base lógica desta investigação está embasada no método hipotético dedutivo, que se relaciona com a corrente neopositivista e que foi definido a partir das críticas de Karl Popper ao método indutivo (GIL, 2012).

Os procedimentos metodológicos quanto aos objetivos estão baseados na pesquisa descritiva e exploratória. Sobre as pesquisas descritivas Gil (2012, p. 28), afirma que são aquelas que “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, tendo em vista que o “[...] pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). A pesquisa descritiva tem o objetivo de fazer uma interpretação dos dados levantados, sem o intuito de manipulá-los.

Sobre as pesquisas exploratórias Gil (2012, p. 27) afirma que são as que “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A teoria de referência que auxiliou na definição e estabelecimento dos conceitos, definição das hipóteses e na abordagem da análise é o funcionalismo, que trata-se de “[...] uma corrente das ciências humanas que enfatiza as relações e o ajustamento entre os diversos componentes de uma cultura ou sociedade” (GIL, 2012, p. 18). Entendendo o Arquivo como um todo que desempenha funções indispensáveis.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é responsável pela construção do referencial teórico e conforme Gil (2012, p. 50) “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Operando com a mesma lógica da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental consiste na consulta à documentos oficiais e outros ainda não tratados analiticamente.

Quanto ao procedimento de análise do problema, este estudo se baseia no método qualitativo que se caracteriza, principalmente, pela forma de entendimento da natureza do fenômeno social. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 70) o método qualitativo “[...] não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados

e o pesquisador é o instrumento-chave”. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador possui acesso direto aos dados do estudo, focando principalmente no processo de realização da pesquisa.

A entrevista é uma técnica para coleta de dados e, neste estudo, constou de perguntas abertas a partir de um questionário pré-elaborado, aplicado presencialmente com dois arquivistas do Arquivo Central da UFPB. Os entrevistados foram identificados como **Respondente 1** e **Respondente 2**, desta maneira salvaguardando suas respectivas identidades. Foi aplicada a fonte em itálico para diferenciar a fala dos respondentes do texto. Em quase toda a entrevista, os entrevistados respondiam as perguntas em conjunto, à medida que, um começava a responder e o outro terminava a resposta.

Primeiramente a entrevista estava programada para ser *in loco*, no entanto, devido ao contexto da SARS-CoV2, vírus que causa a Covid-19, iniciada na China em 2019, a qual se alastrou por todo o mundo em 2020, permanecendo ainda em 2021, optou-se pela realização da entrevista *online* em detrimento da aplicação presencial. Porém aos poucos o arquivo voltou a funcionar e foi possível realizar a entrevista de forma presencial. No entanto apenas dois arquivistas se encontravam no local no ato da entrevista.

É importante enfatizar que a análise dos dados estava programada para ser realizada de acordo com as normativas institucionais sobre a digitalização de documentos da UFPB, no entanto, não foram encontradas nenhuma normativa que se referia a respeito, sendo assim foi utilizado o Decreto nº 10.278, que estabelece os procedimentos técnicos e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados.

As questões abertas deram maior liberdade para uma conversa mais informal com os entrevistados, o que permitiu uma amplitude na exploração às perguntas. A partir da entrevista, foi possível coletar dados a respeito de quais documentos permanentes estão sendo digitalizados, de acordo com o Decreto nº 10.278 e a Tabela de Temporalidade da UFPB; de que maneira essa documentação digitalizada está sendo preservada e qual o procedimento de digitalização está sendo utilizado.

As respostas da entrevista permitiram a conversão dos dados coletados e, em consonância com o Decreto nº 10.278 e a TTD, observar o fenômeno e inferir se a digitalização dos documentos permanentes está ou não contribuindo de fato para a preservação da memória institucional. As respostas foram interpretadas a partir da Análise de Conteúdo (AC), que segundo Bardin (1952, p.13), é definida como “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. A Análise de Conteúdo é

utilizada nos estudos de comunicação em massa, permitindo que as respostas possam ser interpretadas de maneira mais objetiva.

A Análise de Conteúdo (AC) foi adotada nesta pesquisa na realização da categorização das respostas das perguntas feitas na entrevista. A categorização foi realizada através de quadros explicativos, para cada resposta um quadro, onde foi feita uma comparação entre os dados coletados e o Decreto nº 10.278 e a TTD. Nesta circunstância foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin.

2.1 CAMPO DA PESQUISA: O ARQUIVO CENTRAL DA UFPB

A UFPB foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores. Sua federalização foi aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835, de 13 de dezembro de 1960, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande (BRASIL, 1960). A partir de sua federalização, a UFPB desenvolveu uma crescente estrutura *multicampi*. Essa singularidade expressou-se por sua atuação em sete *campi* implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Desde sua criação e ao longo de toda sua história, a UFPB vem cumprindo papel fundamental na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Na esfera da educação superior, a UFPB tem o reconhecimento social como resultado de sua histórica contribuição, tanto para o avanço científico e tecnológico regional, quanto para a formação de quadros profissionais de excelência para o Estado da Paraíba e para o restante do país, com destaque para a Região Nordeste.

Para armazenar as documentações administrativas produzidas através de todos esses anos de funcionamento e produção, foi criado o Arquivo Central (ACE) da UFPB em dezembro de 2018, por meio da Resolução CONSUNI nº 43/2018 (RESOLUÇÃO..., 2018). É um órgão suplementar, diretamente vinculado ao gabinete do reitor com a finalidade de propor, implementar, executar, supervisionar e dar apoio aos diversos órgãos e unidades desta autarquia no que tange à política de documentos e registros arquivísticos e como órgão central ao Sistema de Arquivos (SiArq/UFPB).

O Arquivo Central está localizado no prédio anexo da reitoria. O Edifício do Arquivo Central possui 3 (três) pavimentos, com área total de 1.521,45m² de área útil, para atividades administrativas, técnicas e de guarda de documentos de caráter permanentes.

O arquivo tem como missão propiciar ações arquivísticas em apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, assegurando a gestão de documentos e registros digitais de modo continuado, a fim de preservar a memória e promover o acesso à informação no âmbito da UFPB. Sua visão institucional consiste em tornar-se referência para arquivos de instituições federais de ensino superior no estado da Paraíba.

O horário de funcionamento é de 07h:30 às 21h:30. Possui como público alvo: servidores, ex-servidores, alunos, ex-alunos, comunidade externa, pesquisadores em geral e alunos em fase de estágio obrigatório do Curso de Graduação em Arquivologia.

O Arquivo Central é composto por documentos físicos e digitais. No que diz respeito a regulamentação para o uso de processos eletrônicos administrativos pela UFPB, foi criado a Resolução nº10/2019, que regula o dever de “instituir e regulamentar o processo administrativo eletrônico, como forma de produzir, receber e tramitar documentos oficiais, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba” (RESOLUÇÃO..., 2019, online).

Como auxílio, atuando diretamente no desenvolvimento de procedimentos do Arquivo Central, a Comissão de Avaliação de Documentos (CPAD) da UFPB, realiza atividades com base na preservação de documentos e na gestão documental. A CPAD possui o dever de “[...] orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos e registros arquivísticos produzidos, recebidos e acumulados pela UFPB, tendo em vista a identificação dos documentos para a guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor” (RESOLUÇÃO..., 2018, p. 79).

2.2 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A ética na pesquisa é uma construção de respeito à dignidade humana. Neste sentido, os cuidados éticos desta pesquisa se basearão nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e nº 510, de 07 de abril de 2016.

Corroborar-se, portanto, com o entendimento do CNS que afirma que toda pesquisa que envolva direta ou indiretamente os seres humanos tem obrigatoriamente que ser apreciada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para garantir a integridade de caráter e rigor científico, este projeto passará pelo CEP da UFPB. Os CEP são:

[...] colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (RESOLUÇÃO..., 2012, online).

Para complementar a isonomia e os aspectos éticos e legais desta pesquisa, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B) e conforme o CNS se trata de um

Documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar (RESOLUÇÃO..., 2012, online).

Para realização das entrevistas, foi utilizado o TCLE, que foi assinado presencialmente pelos entrevistados, para anuência e aceite da mesma. A pesquisa só teve início após cumpridos todos os trâmites éticos e legais. Esses procedimentos garantiram a execução dos padrões éticos e legais, resguardando os sujeitos da pesquisa e em observância principalmente à Resolução nº 510, que orienta a respeito das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais, entendendo que estas têm especificidades tanto em suas concepções como na prática em que “[...] prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico metodológicas” (RESOLUÇÃO..., 2016, online).

3 INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: AS IMPLICAÇÕES DE SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Silva (2017), ao revisitar o conceito de informação na Ciência da Informação, entende como um fenômeno social que passou por uma evolução conceitual à medida em que outros conceitos eram incorporados na sociedade. Para o autor,

A informação é uma produção fenomenicamente social que tem por finalidade dinamizar a intercomunicação humana, promover exposições e descobertas, através de processos, fluxos, gestão e tecnologias de informação dimensionando interações entre sujeito/autor, sujeito/mediador, sujeito/usuários e sujeitos organizacionais/institucionais por meio de dados (plano físico e histórico-social dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material), que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apropriação pelo sujeito/usuário para construção de novos conhecimentos, geração de novos processos comunicacionais, tomadas de decisão, satisfação de desejos/demandas/necessidades e/ou resolução de problemas (SILVA, 2017, p. 234).

Entendemos que há uma relação intrínseca entre memória e informação em se tratando da Ciência da Informação, neste sentido concorda-se com a afirmação de Ribeiro (2017, p. 111) de que não se pode abordar um conceito sem associá-lo ao outro, “[...] uma vez que os dois são indissociáveis e remetem para a dimensão cognitiva do ser humano”. Para tanto, compartilha-se os conceitos de informação de Silva e Ribeiro (2008) e de Silva (2017), entendendo o

conceito de informação como evolutivo na área da Ciência da Informação e que comporta e incorpora diferentes significados e suportes.

Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada (SILVA; RIBEIRO, 2008, p. 37).

Nota-se que este conceito harmoniza com a ideia de representações mentais memorizadas como registro da memória cerebral e entendendo a memória como atividade humana. A contextualização social do significado da informação, por sua vez, lembra o que afirma Le Goff (2003, p. 111),

[...] a memória, como propriedade de conservar informação, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas.

Silva (2017) constrói o conceito baseado nos planos físico, abstrato e material. Dessa mesma forma a memória se constitui tanto no plano físico/mental, material e imaterial. Neste sentido, o conceito de memória está de forma inegável, relacionado ao conceito de informação conforme aponta Ribeiro (2017, p. 114),

[...] o ato de memorizar necessita de algo para se poder consumir e a informação é esse algo, que se inscreve/regista, tanto na memória cerebral, quanto nas memórias "externas" ao agente que a produz, as quais se materializam em suportes do mais variado tipo (desde a pedra dos tempos pré-históricos aos suportes digitais na atualidade).

Japiassú e Marcondes (2006, p. 183-184), afirmam que “A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto com uma capacidade de evocar o passado através do presente”. Nota-se, portanto, a ligação da memória em Ciência da Informação com a preservação, conservação, lembrança e esquecimento. Nesta seara, Assmann (2008, p. 116) relaciona a memória com a identidade, ao afirmar que a “[...] memória é a faculdade que nos capacita a formar uma consciência da identidade, tanto no nível pessoal como no coletivo. A identidade, por sua vez, é relacionada ao tempo”.

Nesta perspectiva, diante da questão da identidade, é inevitável lembrar de um fato ou ocorrência referente a nossa própria existência ou mesmo à sociedade ou grupo a que pertencemos ou identificamos como nosso. Na verdade, é inerente ao ser humano recordar as lembranças e contemplar a memória, de maneira que possa transportar para o presente aquilo que já foi um dia. No entanto, a memória não é apenas o que fomos, mas o que somos, pois não existe identidade sem o conhecimento daquilo a que pertencemos.

Cada indivíduo possui uma linhagem grupal de heranças e vivências, as quais construíram características que são de reconhecimento próprio de cada um que se sente parte de determinado coletivo. A memória se relaciona de forma íntima com a preservação do patrimônio cultural e liga-se à sociedade de forma individual ou coletiva. França (2014, p. 121) afirma que “É inegável a importância da memória e da informação, e das consequências da inter-relação entre elas”. Coadunando com Warwick (2006, p. 106) que afirma que “[...] a comunidade humana tem necessidade da memória existir [...]”. Assim, há uma memória cultural e social, e uma necessidade de que ambas existam, seja de forma coletiva ou individual, ou mesmo das duas formas respectivamente.

A memória ao mesmo tempo que é coletiva, é também individualizada em cada pessoa, Halbwachs (2006, p. 51) revela que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. É particular a cada indivíduo as sensações, sentimentos, lembranças e experiências expressadas a partir da própria perspectiva, porém sem deixar de ser significativa socialmente, tornando a memória de uma pessoa única, ao mesmo tempo que pertence ao coletivo, mesmo em épocas diferentes. A memória revela instintos e sentimentos que se sobressaem subitamente. Essas reações podem ser observadas em diferentes indivíduos e situações, que fazem uso da cena atual para ressignificar memórias, usufruindo da reconstrução e simbologia aplicada aos acontecimentos. Em sua obra, Nora (1993, p. 9) enfatiza que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

Os antepassados transmitiam a memória como uma herança através da oralidade à sua descendência, esse costume era característico de diversos povos, tribos e clãs na antiguidade, que usavam da prática oral para o ensino e o aprendizado de seus jovens, em virtude de que permitia aos senhores que contavam as histórias, um jeito próprio de transmitir o conhecimento experimentado, como também o conhecimento que lhe foi apresentado através de seus predecessores.

O ato de transferência da memória por meio da oralidade possui características essenciais, como acentua Le Goff (2003, p. 426) ao expressar que a,

[...] transmissão de conhecimentos considerados secretos, vontade de manter em boa forma uma memória mais criadora que repetitiva; não estarão aqui duas das principais razões da vitalidade da memória coletiva nas sociedades sem escrita?

De fato, pois o conhecimento da história, dos rituais, dos usos e costumes transmitidos através da fala possui uma identidade única, imersa em autenticidade.

Gondar (2008, p. 2) elucida que:

Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva surge como um cantar mítico da tradição, obedecendo geralmente a três grandes interesses: o primeiro seria a idade coletiva do grupo, que se funde nos mitos de origem (teríamos na Índia as idades do ouro, prata, bronze e ferro, às quais os gregos acrescentariam mais uma, intercalando-a entre o bronze e o ferro: a idade dos heróis); um outro interesse seria relacionado às genealogias, expressando o prestígio dos grupos dominantes; e ainda um último estaria ligado ao saber técnico, transmitido por fórmulas práticas mescladas à magia religiosa.

A partir do momento que as sociedades passaram a utilizar a escrita como forma de preservação da memória coletiva, surgiram registros nos mais diversos suportes, dessa maneira, sociedades e civilizações antigas externalizaram suas memórias através de inscrições em monumentos, assim como os egípcios, que utilizavam de hieróglifos como escrita formal para registro de suas atividades, conservando assim suas lembranças até os dias de hoje.

A escrita proporcionou à memória a ampliação das capacidades intelectuais do ser humano, permitindo a possibilidade de visualizar por escrito o conhecimento, “[...] fornecendo aos homens um processo de marcação, memorização e registro” (GONDAR, 2008, p. 2). Resultando na criação de documentos e centros de documentações, que passaram a ser chamados de arquivos, os quais conservam a história de um povo e servem de testemunho.

Os documentos são registros formulados, a partir das atividades administrativas de uma instituição social, ligados intimamente à memória de determinada sociedade, sendo uma das ferramentas de preservação da memória social. Neste contexto, Pollak (1992, p. 8) reitera que “[...] se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é”.

Mesmo através de registros, a memória permanece em constante mutação, uma vez que está à sujeição do lembrar e do esquecer, pois decidir o que será esquecido é uma questão de escolha, de seleção, de maneira individual ou coletiva, através de disputas de poder e manipulação dos grupos sociais, pois “[...] o ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a História” (BOSI, 1979, p. 27). O esquecimento é visto como aquilo que não faz parte da narrativa do grupo, não há necessidade de lembrar o que não condiz com as características e costumes usuais.

Dessa forma, diversos fatos acabam por nunca serem lembrados, nem ao menos mencionados, o que provoca um delineamento que vai moldando a ideologia de um povo e seus estereótipos. A idealização é formada pelo grupo, sendo algo que vai definindo sua história e

identidade, tornando-se decisiva, pois será a representação das características do coletivo, por meio de ideias dominantes passadas de maneira repetitiva através do tempo.

A memória pode ser alterada de acordo com o desenrolar de fatos, circunstâncias e o desenvolvimento de novos acontecimentos na vida de uma pessoa. As memórias individuais possuem uma ligação intrínseca com a lembrança, que pode ser caracterizada na mente do ser humano como um *flashback*, uma crepitação que surge no consciente como fagulhas de lembranças e sentimentos, que podem ser ocultados pela própria pessoa, de modo que irão se extinguir consecutivamente, no entanto de maneira consciente, o indivíduo pode alimentar as lembranças retirando apenas aquilo que não lhe convém ou é doloroso.

Dessa forma, observamos que a memória funciona como um suporte, capaz de manter em preservação os mais diversos eventos decorridos ou que pode funcionar como uma máquina do tempo, capaz de proporcionar a reconstrução do passado de forma renovada, sujeita a alterações, seja na forma do esquecimento ou a partir de um aprimoramento da mente, proporcionando novas perspectivas e olhares diante de um fato. Com base neste ponto de vista elucidado, Bosi (1979, p. 28) afirma que, “[...] a memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar”.

A memória é construída socialmente a partir de simbologias e significados que configuram para a sociedade uma diversidade de representações sociais e culturais. Para França (2014, p. 115) “[...] a memória é o instrumento fundamental do laço social. Ou seja, a memória é, além de um fenômeno de interiorização individual, uma construção social e um fenômeno coletivo”. Partindo da perspectiva de que a memória social é elaborada de forma transdisciplinar e múltipla, visto que não se pode designar um sentido ou um termo específico para a memória social, pois ela se encontra em constante movimento, “[...] essa coisa se move, e os conceitos criados para pensá-la devem admitir e acompanhar sua mobilidade” (GONDAR, 2005, p.11).

Embora possa advir de diversos lugares e permitir-se uma vastidão de compreensões, a memória social não carece de valores, nem está fadada a receber qualquer objeto como interpretação, pois ela possui mobilidade e permite-se intervenções, no entanto, existe uma precisão em estabelecer seu sentido de relevância.

Por se tratar de um objeto transdisciplinar, a memória social não possui um conceito fixo, esta afirmativa implica dizer que seu significado está sempre sendo refeito e jamais será definido por qualquer relação com o passado, presente ou futuro.

Não se trata aqui de deduzir problemas valendo-se das teorias já vigentes, mas, inversamente, de inventar novos problemas que, consequentemente,

produzirão novas teorias e conceitos. Como os problemas não param de surgir, no campo da memória social, o conceito está sempre por ser criado: é um conceito em movimento. Por esse motivo, ele jamais poderá configurar-se em uma definição estanque e unívoca, já que, em razão de sua própria condição transversal, sofre um permanente questionamento (GONDAR, 2005, p.15).

Dessa maneira, é possível fazer uma analogia com relação a mente humana, que enquanto estamos vivos, seguimos em constante movimento de evolução, sem que existam limites para o desenvolvimento psíquico do nosso ser enquanto seres saudáveis, assim como o conhecimento que possa ser adquirido, de forma multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, o ser humano permanece em um constante questionamento sobre si mesmo e suas possibilidades.

A relação do ser humano com a memória se apresenta como, uma das perspectivas vigentes em que a memória social se permite ser representada a partir de questões éticas e políticas. Como afirma Gondar (2008), ao expressar que autores como Halbwachs (2006), tinham como pensamento a respeito da memória que esta, pode ser apontada como um meio de reconstruir o passado a partir de uma perspectiva social, de modo delimitado e preciso, juntamente, Gondar (2008) declara que Foucault associa a memória como sendo um objeto produzido por experiências afetivas e expectativas dos indivíduos e de seus grupos sociais, referindo-se a memória como um instrumento constante entre relações de poder.

A memória em sua perspectiva social e em termos de construção social do passado, é também entendida como “[...] uma matéria de comunicação e interação social. [...] A memória nos capacita a viver em grupos e comunidades, e viver em grupos e comunidades nos capacita a construir uma memória” (ASSMANN, 2008, p. 117). A construção da memória, nos influencia a buscar espaços e lugares de memória que nos conecte com aquilo que sentimos pertencer e reconhecer como próprio, nos revelando uma identidade a partir do que cultivamos, bem como Nora (1993, p. 13) afirma que “[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea”. Nesta perspectiva, partimos para uma abordagem de lugares de memória com base na memória institucional e suas implicações na sociedade.

3.1 AS APROXIMAÇÕES ENTRE A MEMÓRIA, A ARQUIVÍSTICA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A informação arquivística permanente ultrapassa as barreiras de ser considerada fonte histórica, pois seus dados institucionais constituem a memória, que nas palavras de Bellotto (2006, p. 271), refere-se aos “[...] fatos e as reflexões que podem envolver um ato administrativo ou a vida e a atuação de um órgão público”. Desta maneira a memória está enraizada nas

entranhas documentais dos acervos permanentes, pois independente do suporte em que a informação documental se encontra, a memória o lança para além de uma informação administrativa.

Segundo Bellotto (2006 p. 272), a memória de um ato administrativo é composta por três tipos de elementos: “o documento de arquivo, o técnico-científico ou informativo e os elementos dispersos”. Desta maneira, para que a memória seja concreta, é preciso que ocorra primeiramente a ação, posteriormente, o documento arquivístico, que registra o ato, sucessivamente, manifestações em meios de comunicação, uma notícia ou algo que faça relembrar a memória do fato ocorrido e por último criações artísticas produzidas como músicas ou poesias, organizadas e recolhidas, conforme Bellotto (2006, p.273), “em algum suporte e juntá-la a outros documentos, até constituir-se um *corpus* documental significativo. Isso é a memória”. Desta forma, a partir da junção das partes que a compõem, a memória pode ser trabalhada e investigada.

Assim também ocorre com um órgão público, é preciso que todas as partes componentes do processo de construção da memória estejam acessíveis, para que se possa construir a memória das instituições. A informação existente nos elementos de um *corpus* documental é o que possibilita todo esse processo. Por sua vez, Araújo (2014, p. 25) afirma que “a Ciência da Informação não estuda a ação administrativa, política ou cultural em si mesmas, mas apenas naquilo que elas têm de *informacional*”.

Nesta perspectiva, a Ciência da Informação move-se junto com a memória em favor da informação, que é a responsável pela construção de materiais como o documento, juntamente com a ação, o que culmina no documento arquivístico, pois a partir dos elementos informacionais organizados e analisados obtém-se a memória, apesar de caminhar com a Ciência da informação, possuem cada qual a sua independência.

3.2 LUGARES DE MEMÓRIA E A PERSPECTIVA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Os lugares de memória surgem como espaços de recordação e simbologia para representação daquilo que passou, mas permanece perene no sentido social, partindo da necessidade de reviver e contemplar o belo de um passado distante. Pode-se equiparar há uma fenda no tempo, que se abre como uma passagem intrigante para que um visitante desconhecido ou um parente distante, tenha por alguns minutos o conhecimento e o prazer de se imaginar e se inserir em um momento social que não lhe pertença ou até mesmo que faça parte de seu próprio passado, de maneira que possa se referir a um episódio marcante pessoal ou vivido em

grupo, em razão de que mesmo um evento muito individual possui um contexto coletivo, sendo capaz de ser lembrado “[...] independentemente da data real em que a vivência se deu” (POLLAK, 1992, p. 3).

A fissura no tempo também evidencia que a memória possui uma linha tênue entre o lembrar e o esquecer, Assmann (2008, p.119) acentua que “[...] a durabilidade das memórias depende da durabilidade dos vínculos e estruturas sociais”, portanto, quanto mais frágeis forem os laços afetivos entre os indivíduos de um grupo social, será cada vez mais difícil conectar-se com as lembranças de seus ancestrais, limitando progressivamente o vínculo com a memória.

Comparar um lugar de memória há uma abertura no tempo faz alusão a realização de uma viagem há um local sereno, afastado da existência e do vigor típicos de seu tempo, não é lugar morto, no entanto não há vida suficiente em seu interior para sobreviver por si só. Não há mais memória nos marcos de história erguidos como lugares de memória, que contam uma versão socialmente aprazível e encantadora de um tempo seletado, priorizado por uma narrativa dominante.

Em decorrência desta narrativa, estão os monumentos levantados pela supremacia branca para a supremacia branca, excluindo lutas, vivências de dores e a construção de um país através do derramamento de sangue de negros e indígenas escravizados, ocultados pela história, resumidos a datas comemorativas. A memória antológica se aplica aos signos e símbolos, separados através de apropriações para compor lugares memorialísticos, nada mais que isso.

A existência dos lugares de memória se dá devido a história, que caso “[...] não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória” (NORA, 1993, p.13). São construídos para que se possa cristalizar as lembranças e ter como parâmetro uma essência oblíqua daquilo que nos identificamos, apesar de não possuímos mais nenhum traço ou natureza do mesmo.

Nesta perspectiva, Nora (1993) enfatiza que há uma instabilidade do memorial ao histórico, num mundo em que habitavam ancestrais e agora, no entanto há uma conexão contingencial daquilo que temos como progênie. Os lugares de memória são analisados como um objeto científico para estudos e percepções com base em descobertas contínuas para a construção da memória social, no entanto não há nenhum engano em dizer que são, “[...] antes de tudo restos” (NORA, 1993, p. 12).

Mitchell (2006, p. 52) chama atenção para as configurações dos lugares de memória a partir de representações real e virtual:

Lugares e memórias sempre representaram dois paradigmas fundamentais na configuração das comunidades, na evolução das culturas e das relações entre

as pessoas. Porém, é evidente que em nossa época, em que as arquiteturas real e virtual se fundem, precisamos fazer frente a novas configurações de lugar, memória e relações sociais.

Em se tratando de organizações e instituições é preciso também considerar a representação virtual, ou seja, as construções que configuram os lugares de memória só irão verdadeiramente ser memorialísticos se forem pensados, a partir de que se queira que estes espaços sejam ritualizados e consagrados a um determinado momento findado e que levem em consideração todas as configurações. Neste sentido, Nora (1993, p. 22), afirma que “[...] inicialmente, é preciso ter vontade de memória”. As instituições por sua vez portam essa característica de forma idônea, como centros memoriais compostos de documentos arquivísticos, probatórios e íntegros, de maneira a preservar a memória institucional.

Nesta perspectiva, Barbosa (2012, p. 8) afirma “que a Memória Institucional consiste em uma (re)construção do passado”, uma vez que precisamos erguer pilares que nos façam regressar às práticas e costumes do que já passou, esse processo só pode ser concebido através da memória. Sem a existência da memória, perde-se o senso de coletivo e identidade da instituição, pois dessa maneira, não há significado em preservar, os registros passam a serem meros papéis velhos ocupando espaço dentro de caixas, jogados no canto da sala, servindo apenas para juntar poeira e um dia serem queimados, depois de desprezados e esquecidos, é assim que morre uma instituição em seu valor e identidade.

Não há efetivamente um conceito de memória institucional. Iclea Thiesen em sua tese, posteriormente publicada em livro, conclui que é a memória oriunda do ambiente institucional, para a autora “[...] se a instituição existe, a memória se plasma” (THIESEN, 2013, p. 26). O conceito está quase sempre associado à memória organizacional ou memória empresarial. Rueda, Freitas e Valls (2011 *apud* RIBEIRO; LIMA; SILVA, 2018, p. 3) afirmam que, “[...] a memória institucional remete à ideia de legitimidade, criação e identidade, enquanto que a memória organizacional remete à ideia de estratégias e que apresenta, como principal característica, a possibilidade de mudança no seu trajeto”. As organizações produzem durante sua existência uma variedade de documentos, que necessitam de tratamento adequado para preservar a memória da instituição e, as tecnologias aliam-se à esta tarefa, tornando possível um armazenamento otimizado e uma rápida recuperação.

A memória institucional proporciona atualização, evolução e continuação dos princípios da instituição, ressignificando a essência de seu cerne organizacional. Neste contexto a presença da memória institucional é cada vez mais evidente no cenário organizacional atual, uma vez que “os projetos de memória institucional parecem advir de uma consciência, cada vez mais crescente, da existência de representações fragmentadas, múltiplas e muitas vezes conflituosas

do passado” (RIBEIRO; BARBOSA, 2005, p. 112). É desta maneira que as instituições tentam ir de encontro com a própria identidade.

Thiesen (2013) afirma que o processo de institucionalização das organizações é determinado pelo comportamento e os padrões de conduta que direcionam o seu funcionamento. Outro fator que Thiesen (2013) elenca e que deve ser levado em consideração para a compreensão do conceito de memória institucional, é que precisa ser pensada como prática discursiva. As informações contidas em um arquivo institucional são discursos que retratam a política da instituição. Os arquivos, portanto, se constituem em memória institucional imprescindível para o conhecimento da organização como um todo, e, sobretudo, para a tomada de decisões.

Nos arquivos, parte-se do princípio de que todas as etapas do trabalho intelectual de tratamento dos documentos arquivísticos são norteadas pelo estudo da instituição produtora do acervo, da legislação que rege a área, da estrutura administrativa do produtor e das funções e atividades que os geraram. **Todo documento arquivístico se torna único, em razão de sua própria história.** Para que se formem longas séries arquivísticas - capazes de refletir a ação da instituição produtora -, é necessário criar rotinas de trabalho e modos de tradição documental e fazer com que as regras sejam reconhecidas por todos e estejam na memória. Assim, é importante que em todas as etapas do ciclo vital dos documentos de arquivo os produtores e os usuários dos documentos reconheçam nos documentos seu trabalho e a instituição (PARRELA; NASCIMENTO, 2019, p. 178, **grifo da autora**).

Os arquivos estão, na visão de Silva e Godoy (2017) conectados com a reputação e identidade da empresa. Esta reflexão coaduna com o pensamento de Thiesen (2013) e com Parrela e Nascimento (2019) ao afirmarem que todo documento arquivístico é único. Ele conta a história da instituição e conduz ao entendimento da identidade desta, que é construída a partir de seus elementos culturais, reconhecidos pela instituição como atributos e particularidades que fazem parte da idealização de sua narrativa.

As instituições “[...] buscam, através da sistematização de uma história e de uma memória, construir uma identidade institucional, produzindo a partir desse movimento a sua própria legitimação” (RIBEIRO; BARBOSA 2005, p. 106). Os documentos de arquivo refletem as características institucionais evidenciando seu comportamento e funcionamento, transparecendo assim a sua identidade.

As instituições funcionam como ferramentas sociais para transmissão ou ocultamento da memória, de acordo com o poder que lhe é imposto. A esse respeito, Thiesen (2013) expõe quanto ao período da Ditadura Militar no Brasil, em que a censura imposta aos meios de comunicação influenciou de forma obrigatória as instituições a omitirem as atrocidades e esconderem fatos e ocorrências do meio político.

Com o fim da ditadura e a implantação da Constituição Brasileira de 1988, o acesso às informações e o começo da abertura de arquivos foram realizados gradualmente a partir de investigações ainda tímidas. “É assim que arquivos até então inacessíveis aos pesquisadores são abertos paulatinamente” (THIESEN, 2013, p. 35). Após a regulamentação da Lei de Arquivos (BRASIL, 1991) e da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), em que ambas dispõem a respeito das políticas de arquivos públicos e privados, foi normalizado um tempo máximo de restrição aos documentos avaliados em grau de sigilo, classificados em ultrassecreto: 25 anos; secreto: 15 anos; reservado: 5 anos (Art. 24º, §1º). Quanto à restrição das informações, Joffily (2012, p. 138), enfatiza que “[...] o sigilo pode ser renovado uma única vez, o que significa que um documento pode ser ocultado por um prazo total de 50 anos”.

Nesta perspectiva, observa-se que tanto os documentos quanto a memória, são objetos de interesses políticos e estão sujeitos ao controle das informações pelas forças governamentais, “[...] a memória como alvo político passa por determinados discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes na sociedade” (THIESEN, 2013, p. 29). Os documentos por sua vez, consistem em preservar de forma imparcial e íntegra as informações provindas de atividades administrativas, mantendo registradas as ações de determinado fato.

Os documentos de arquivo podem ser utilizados como meios de recuperar memórias sociais, individuais ou coletivas, visto que, “[...] não obstante, uma vez constituídos, os arquivos servem de base para a construção de narrativas históricas, que elaboram ou reelaboram a memória de um indivíduo, de uma instituição ou de uma comunidade” (SANTOS; VENÂNCIO, 2015, p. 60).

4 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A ARQUIVÍSTICA

A informação está em tudo o que fazemos e em todos os lugares, através dela podemos estabelecer um nexos entre diferentes indivíduos de um grupo. A informação torna concreto o conhecimento que temos de determinada coisa ou objeto, ou seja, ela dá forma, pois afeta os sentidos, sendo percebida e caracterizada como material. A informação e o conhecimento estão inter-relacionados.

Toda informação vem de dados, mas nem todo dado é informação, pois somente ao adquirir significado que o dado pode se transformar em informação. A informação tem caráter social, pois é um fenômeno humano, ligado à percepção de um conhecimento prévio, podendo dar significado a alguma coisa, sendo uma representação do conhecimento. O conceito de informação é polissêmico.

Diante desta perspectiva, Araújo (2018, p.78), afirma que existem três conceitos de informação, são eles:

O primeiro conceito de informação na ciência da informação é mais restrito e está vinculado à sua dimensão material, física, sendo o fenômeno estudado a partir de uma perspectiva quantitativa e positivista; Nos anos seguintes, tomou corpo um conceito um pouco mais amplo voltado para a dimensão cognitiva, sendo informação algo associado à interação entre dados (aquilo que existe materialmente) e conhecimento (aquilo que está na mente dos sujeitos), e seu estudo relacionado à identificação de significados, interpretações; Por fim, as tendências contemporâneas implicam um grau maior de complexidade e abstração, com a inserção da informação no escopo da ação humana e no âmbito de contextos socioculturais concretos.

No contexto social, a informação ganhou força e visibilidade após o fim da Segunda Guerra Mundial, com um grande aumento no fluxo de produção e disseminação das informações, principalmente em âmbito científico, visto que a sociedade estava entrando em uma nova esfera tecnológica, a partir do surgimento de diversos recursos de comunicação. A ciência da informação surgiu como um escape com a pretensão de solucionar problemas no campo da informação.

Saracevic (1996, p.43), salienta que “[...] problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI, e não apenas dela”. Borko (1968) afirma que a Ciência da Informação se preocupa com a organização, o armazenamento, a representação, a recuperação dentre outros aspectos, bem como a sua transmissão e utilização. Para Borko (1968, p. 1) a,

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima.

A recuperação da informação como ramo de estudo da Ciência da Informação (CI), conforme Griffith (1980 apud CAPURRO, 2003) é um meio de obter um maior controle do quantitativo informacional em suas características e descrições, agregando valor a informação, em razão de que, “[...] tornou-se uma solução bem sucedida encontrada pela CI e em processo de desenvolvimento até hoje [...]” (SARACEVIC, 1996, p. 44). A ciência da informação assim como a indústria da informação, experimentaram uma oportunidade de desenvolvimento a partir da recuperação da informação, que permitiu um crescimento sólido e constante para a CI, sendo um dos fatores que “[...] ainda constituem seu núcleo” (SARACEVIC, 1996, p. 45).

A CI apresenta caráter interdisciplinar, provindo da multidisciplinaridade de diversas áreas do conhecimento, no entanto, o mundo como o conhecemos hoje passa por diversos

processos de estruturas de informações a partir das novas tecnologias, que transformaram o modo de como nos comunicamos e nos informamos.

Araújo (2018, p. 35), especifica que “[...] entendimentos mais recentes, contudo, têm dado conta de que esse é o movimento interdisciplinar da ciência da informação: fazer dialogar, *dentro dela*, as contribuições das diferentes áreas de conhecimento”. A CI atualmente voltasse para as emergências do hoje, trabalhando em problemas do nosso dia a dia, neste contexto, Araújo (2018, p. 8), afirma que a ciência da informação “[...] que se faz, hoje, é mais atenta à complexidade dos fenômenos estudados, buscando ver a imbricação entre documentos (ou registros de conhecimento), mediações (tecnológicas, institucionais) e saberes (culturas, memórias, conhecimentos coletivos) [...]”.

Capurro (2003) apresenta três paradigmas para existência da ciência da informação, são eles: o paradigma físico, o cognitivo e o social. Com relação ao paradigma físico, Capurro (2003, p. 6), afirma que “[...] em essência esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor”. Basicamente, o paradigma físico refere-se a uma simbologia de signos, mensagens que unicamente indicam que há uma conexão entre emissor e receptor.

Sobre o paradigma cognitivo Capurro (2003, p. 7) afirma que,

[...] no sentido de que se trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de ‘modelos mentais’ do ‘mundo exterior’ que são transformados durante o processo informacional (CAPURRO, 2003, p. 7).

O paradigma cognitivo consiste no processo de transmissão da informação e como esta afeta os indivíduos envolvidos a partir de seu conhecimento prévio a respeito do mundo e suas faculdades mentais em produzir informações e transmiti-las.

No que diz respeito ao paradigma social, Capurro (2003, p. 9) afirma que:

Birger Hjørland desenvolveu, junto com Hanne Albrechtsen (Hjørland 2003, 2003a, 2000, 1998, Hjørland/Albrechtsen 1995) um paradigma social-epistemológico chamado ‘domain analysis’ no qual o estudo de campos cognitivos está em relação direta com comunidades discursivas (‘discourse communities’), ou seja, com distintos grupos sociais e de trabalho que constituem uma sociedade moderna. Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo.

O paradigma social está firmado no produto da coletividade humana, em que grupos socializam uns com os outros através da troca e do compartilhamento de informações, de modo informal, sem a necessidade de um modelo padrão de linguagem ou algoritmo, como elucida Capurro (2003) na citação anterior.

Seguindo o exposto, Araújo (2018), afirma que ciência da informação está se direcionando no sentido do paradigma social, dando mais importância às relações sociais e como os diversos grupos interagem entre si, permitindo que essa aproximação possa retratar com maior relevância a complexidade estrutural dos acontecimentos, assim como a questão do inter-relacionamento dos elementos que compõe a CI.

A ciência da informação está interligada a processos arquivísticos que entre outras funções, apresentam a informação como elemento essencial do documento, pois independente do suporte, a informação é o elemento que conduz ao conhecimento.

4.1 A ARQUIVOLOGIA NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E O FAZER TECNOLÓGICO

Paes (2007), afirma que por muito tempo as instituições de arquivo, bibliotecas e museus, foram confundidos entre si, pois possuíam a mesma finalidade e o mesmo objetivo em questão, pois essas instituições serviam como lugares para armazenamento de diversos tipos de documentos. Com o início da idade moderna e a invenção da prensa de Gutenberg (BURKE, 2003), foi possível melhor definir os objetivos das instituições acima citadas, responsáveis pela guarda e disseminação do conhecimento. Paes (2007, p.16) enfatiza que “[...] a finalidade das bibliotecas e dos museus é essencialmente cultural, enquanto a dos arquivos é primordialmente funcional, muito embora o valor cultural exista, uma vez que constituem a base fundamental para o conhecimento da história”.

Neste sentido, Bellotto (2014, p. 132-133) coaduna com a importância da existência dos arquivos na sociedade:

A existência dos arquivos na sociedade justifica-se pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, desde a mais remota antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas normas, ações, [...] entre governantes e governados, tanto quanto dos membros dessa mesma sociedade entre si.

Deste modo, Vitoriano (2017, p. 57) elenca que,

[...] a Arquivologia preocupou-se ao longo de muitas décadas prioritariamente com o registro documental, nos últimos anos o incremento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a decorrente virtualização dos documentos demonstraram a necessidade de um olhar arquivístico voltado ao componente informacional do documento de arquivo. Este olhar envolve a necessidade de uma maior aproximação entre Arquivologia e Ciência da Informação (CI), numa contribuição mútua, visando ampliar o referencial teórico sobre a abordagem informacional dos documentos de arquivo

O conceito de documento apresenta-se de forma distinta conforme a área, como nos apresentam Tanus, Renou e Araújo (2012) as diferenças do conceito para a Arquivologia, a

Biblioteconomia e a Museologia. A autoria citada anteriormente elenca a evolução do conceito e as relações com o meio e a finalidade. Coaduna com Paes (2007, p. 18) ao afirmar que “[...] a Biblioteconomia trata de documentos individuais e a arquivística, de conjunto de documentos”. Apesar de apresentar conceitos distintos quanto a finalidade e o meio, o conceito de documento aproxima as três áreas com a Ciência da Informação. Tanus, Renou e Araújo (2012) concluem que para a Arquivologia a ênfase é dada na autenticidade e função do documento. Não se pode deixar de enfatizar as fases por que passam os documentos, desde a sua produção/criação até o seu destino final no Arquivo e utilização.

Neste sentido, no campo das instituições, organizações e empresas, toda documentação produzida passa pelo ciclo vital de documentos que possui três fases: a dos arquivos correntes, arquivo intermediário e arquivos permanentes. Os documentos constituem em serem físicos ou digitais, Jardim (1992), menciona que a partir do advento da era da informação, a arquivologia foi inserida em desafios e complexidades, envolvendo os profissionais de arquivo e sua ação perante as instituições.

Esses documentos correspondem aos documentos arquivísticos, que são classificados como aqueles que “[...] formam conjuntos internamente inseparáveis, correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento de uma entidade pública ou privada (ou pessoa física) no exercício de suas funções” (BELLOTTO, 2002, p. 22). Portanto, equivale a “[...] tudo que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana” (BELLOTTO, 2006, p. 35).

Um documento de arquivo possui princípios fundamentais, que são denominados pela arquivística, de acordo com Bellotto (2002) como:

- a) **princípio da proveniência**, o qual diz que um documento pertencente a uma instituição, não deve ser colocado junto aos de outra entidade a qual também produz documentos de arquivo.
- b) **princípio da unicidade**, que apresenta o documento como único independente de sua forma, tipo ou espécie e suporte, pois possui caráter singular em função de seu contexto de produção e dados que carrega, pois ele é único em sua estrutura, “[...] ele é único, não podendo, em qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual, nem em seus efeitos” (BELLOTTO, 2002, p. 23).
- c) **princípio da organicidade**, que trata a respeito das relações administrativas orgânicas, “[...] os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas” (BELLOTTO, 2002, p. 21).

- d) **princípio da indivisibilidade** ou integridade arquivística deriva do princípio da proveniência e se refere sobre a integridade dos arquivos, visto que um fundo arquivístico não pode ser repartido ou ter sua documentação dividida com outros fundos, logo, “[...] fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado” (BELLOTTO, 2002, p. 24).
- e) **princípio da cumulatividade** a partir do conceito de Lodolini (1991 *apud* BELLOTTO, 2002, p. 18) em que o arquivo é a sedimentação documentaria das atividades administrativas, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado”, sendo, portanto, uma formação natural, progressiva e orgânica.

Os princípios arquivísticos compõem as características de um documento de arquivo seja ele físico ou digital, apresentando como ele deve ser em suas funções e estruturas.

Quadro 1: Princípios da Arquivística

Princípio	Descrição
Proveniência	“Fixa a identidade do documento, relativamente a seu produtor. Por este princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência a competência e as atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos” (p. 20).
Organicidade	“As relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais” (p. 21).
Unicidade	“[...] não obstante forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos” (p. 21).
Indivisibilidade	“Os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida” (p. 21).
Cumulatividade	“O arquivo é uma formação (a sedimentação, de Lodolini) progressiva, natural e orgânica” (p. 21).

Fonte: Bellotto, 2002.

Durante sua existência, um documento de arquivo possui funções administrativas, servindo primeiramente em sua fase inicial como prova, em valor comprobatório de suas atividades, já em sua fase final, quando destinado ao recolhimento para a preservação, os documentos servirão de testemunha das informações que portam.

Bellotto (2006, p. 25-26), declara que:

Os documentos, na sua fase inicial, apresentam valor primário. Chama-se primário o valor que o documento apresenta para a consecução dos fins explícitos a que se propõe; secundários são aqueles que, embora já implícitos no tempo em que são gerados os documentos, avultam com o correr dos anos. Têm valor secundário ou valor de arquivo, ou ainda valor permanente, desde o elemento informativo para a análise crítica da administração até, em

perspectiva, os aspectos sociais e políticos generalizados que, no mesmo documento, o historiador puder detectar.

Os documentos arquivísticos servem à administração e precisam passar por comissão avaliadora para que possam enfim serem preservados ou descartados. Não cabe à administração avaliar a documentação, eliminando ou guardando qualquer coisa, esses procedimentos requerem o cuidado e o olhar atento do profissional arquivista, que irá analisar e decidir segundo normas, decretos e levando em consideração a função administrativa do próprio documento, através da tabela de temporalidade, que é segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) “[...] um instrumento arquivístico resultante de avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação a quantos dela necessitem” (CONSELHO..., 2001, p. 43).

As instituições memória possuem em seus arquivos as documentações permanentes, que finalmente após terem servido à sua entidade geradora, passam por processos de classificação e descrição, para que possam ser preservados, podendo ser objeto de pesquisa científica para estudos, exercendo seu papel de colaborador de conhecimento a respeito da história, pois possuem a finalidade de testemunharem um marco social, uma vez que permanecem como símbolos de história e cultura de uma instituição, como também da sociedade.

Duarte e Bizello (2017, p. 179) afirmam que os documentos permanentes,

[...] serão responsáveis por preservar, à sua maneira, o passado, a memória, o conhecimento gerado pelos indivíduos e pelos poderes públicos, bem como a identidade destes povos, a partir dos acontecimentos e movimentações realizados ao longo do desenvolvimento da sociedade.

Os documentos permanentes servem à sociedade pois, são patrimônios documentais disponíveis para o acesso e conhecimento de um povo. As tecnologias proporcionam um maior apoio para que esses patrimônios possam ser vistos e lembrados, criando assim uma cultura patrimonial em torno das instituições memorialísticas que possuem arquivos físicos, assim como digitais.

Os arquivos digitais precisam da preservação tanto quanto os documentos em papel, pois, “[...] no contexto digital, a preservação do suporte ou da sequência de *bits* que constitui o objeto, não é condição suficiente para garantir que a informação permanece acessível, reutilizável e autêntica ao longo do tempo” (FERREIRA, 2006, p. 51). Uma vez que os documentos digitais consistem em ser “[...] informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional (CONSELHO..., 2014, p. 19).

Para que se possa preservar um documento digital, é preciso que se faça uma migração de suas informações para um novo suporte, considerando as transformações das mídias digitais e a obsolescência tecnológica, contendo as propriedades da informação, seus metadados, para que se mantenha sua integridade e essência. O que Ferreira (2006, p. 51), menciona como sendo um elemento que se “[...] caracteriza como o conjunto de propriedades que deverão ser mantidas e preservadas de forma intacta para que o objeto possa ser considerado autêntico”.

No processo de migração, o documento se mantém em suas características, podendo ser acessado o seu conteúdo informacional, a partir de qualquer meio tecnológico atualizado. Porém, devido a processos de incompatibilidade do suporte digital perante o documento, “[...] existe uma grande probabilidade de algumas das propriedades que constituem os objetos digitais não serem corretamente transferidas para o formato de destino adaptado” (FERREIRA, 2006, p. 36). É preciso considerar que os processos de migração possuem validade, pois em determinado momento, o suporte tecnológico atual para qual o documento foi adaptado ficará obsoleto, devido as constantes modificações e evoluções tecnológicas, sendo necessário um novo processo de migração de informação e dados para que o documento possa ser preservado.

A analogia aplicada a documentos digitais também compreende aos documentos digitalizados, que são arquivos que passaram pelo processo de digitalização, sendo reconhecidos através de dígitos binários em um sistema tecnológico. A digitalização também é uma forma de migração, pois o documento que antes era acessado através de um processo analógico, passa a ser disponibilizado em um ambiente digital, mantendo o seu conteúdo informacional disponível por meio da manutenção de dados.

O CONARQ, define digitalização como sendo o:

[...] processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 bits (binary digit) formando um byte, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados (CONSELHO..., 2010, p. 5).

A digitalização é essencial para a difusão da documentação arquivística, sobre isto Flores e Hedlund (2014, p. 13), afirmam que “[...] a digitalização contribui para a preservação dos documentos originais, uma vez que restringe o seu manuseio, sendo um instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais”. A reprodução do documento através da digitalização evita o contato manual da obra original, permitindo que o documento possa ser preservado sem estar em constante manuseio, pois a digitalização possibilita um maior acesso ao documento a diversos usuários que necessitem de seu uso.

A digitalização contribui para que as instituições arquivísticas possam “[...] tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda” (PAES, 2007, p. 20). O processo de digitalização tem ajudado as instituições com a disseminação da informação, através de repositórios digitais, onde são inseridos os documentos digitalizados.

Neste contexto, é necessário que sejam implementados aos repositórios digitais soluções arquivísticas que corroborem para a gestão da documentação, assim como acesso e preservação digital, uma vez que podem ser processados documentos em fase corrente, intermediária e permanente. Flores e Hedlund (2014, p. 2), declaram que “[...] os repositórios digitais vêm desempenhando um papel importante na construção de um espaço arquivístico digital responsável pela guarda confiável de documentos digitais”.

A preservação digital auxilia na longevidade dos documentos, assim como para manter a sua integridade. Ferreira (2006, p. 20), define que a preservação digital:

[...] consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

No entanto existem diversas variáveis envolvidas no processo de preservação digital, pois o suporte é de extrema importância para que o documento possa ser visualizado e acessado, porém, “[...] outros fatores dificultam a preservação desses documentos, como por exemplo, o formato de arquivo digital utilizado” (FLORES; HEDLUND, 2014, p. 8), uma vez que o formato influencia diretamente no suporte ao qual a informação será disponibilizada, pois caso não haja compatibilidade entre ambos, a informação será perdida ou danificada, podendo muitas vezes ser irreversível a sua recuperação.

Não há dúvidas quanto à obsolescência digital ser um dos principais fatores que influenciam para os riscos da perda de informações, pois tanto os hardwares quanto os softwares utilizados nos processos eletrônicos precisam estar em constante manutenção e atualização, uma vez que os profissionais arquivistas, assim como os profissionais que trabalham com informação no geral, precisam estar atentos quanto às necessidades apresentadas pela preservação digital. Thomaz (2004, p.10), declara que:

[...] a abrangência e a urgência dos problemas não envolvem somente a comunidade arquivística, principal responsável pela preservação de informação orgânica para futuras gerações, mas todos os produtores de informação, inclusive fabricantes de *software*, que precisariam, ao projetar seus produtos, levar em consideração a sua preservação, além dos aspectos funcionais tradicionais.

Nesta vertente, é preciso que sejam impostas medidas que proporcionem confiabilidade aos repositórios digitais, para que os documentos possam ser mantidos íntegros e autênticos,

“[...] para isso, a utilização de metadados e padrões abertos têm-se mostrado eficiente, proporcionando flexibilidades na gestão documental e facilitando a adoção de estratégias para a preservação digital” (FLORES; HEDLUND, 2014, p. 8).

5 DESAFIOS DO ARQUIVO CENTRAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS

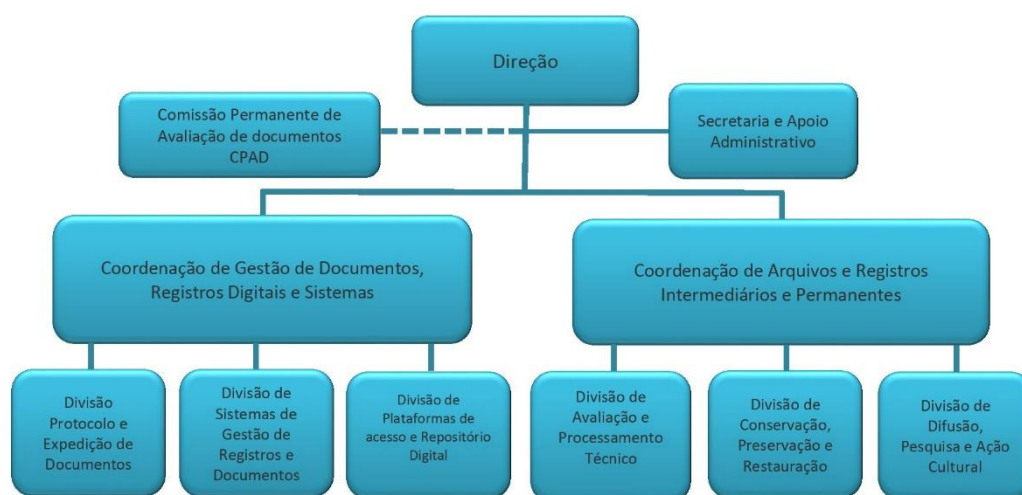
Nesta seção foi realizada a análise da entrevista comparando os dados obtidos com a Tabela de Temporalidade da UFPB e o Decreto nº 10.278. É importante ressaltar que não foi possível fazer a análise dos dados da primeira pergunta constante na entrevista, porque verificou-se que a mesma permitiria a identificação dos respondentes. Dessa forma, optou-se por excluí-la da presente análise, a fim de preservar a identidade dos respondentes.

As perguntas foram respondidas por ambos entrevistados. Ao término das respostas, os arquivistas comentaram sobre o arquivo e seus desafios quanto à digitalização em meio a pandemia de COVID-19.

A equipe do Arquivo Central da UFPB é formada por 24 servidores, dentre eles 6 arquivistas e 3 técnicos de arquivo, sendo os demais funcionários assistentes administrativos. Segue a estrutura organizacional do ACE:

Figura 1: Organograma do Arquivo Central da UFPB

Organograma Arquivo Central UFPB



Fonte: Arquivo Central (2019). Disponível em:

<https://www.ufpb.br/arquivocentral/contents/menu/assuntos/quem-somos> Acesso em: 27 jun. 2021.

¹Para realização da entrevista foi enviado e-mail para os contatos da equipe do arquivo presentes no Portal do Arquivo Central da UFPB, entretanto, não foi obtida resposta. Posteriormente, após novas tentativas de contato, obteve-se um encontro presencial com dois arquivistas da equipe do arquivo no Arquivo Central, ocasião em que foi possível realizar a entrevista.

A entrevista estava planejada para ser realizada com todos os arquivistas da equipe do arquivo, porém devido ao contexto da pandemia, houve dificuldade de contactá-los pois poucos se encontram presentes no arquivo, sendo que a maioria se encontrava trabalhando remotamente.

As perguntas foram organizadas conforme a finalidade da coleta de dados e se constituiu de quatro indagações, que foram analisadas conforme o Decreto nº 10.278 e a TTD.

Pergunta 2: Quais documentos foram digitalizados e quais ainda serão digitalizados?

(Respondente 1): *O Arquivo Central foi criado no final de 2018, durante este período já existia o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). O Conselho Universitário (Consuni), oficializou a criação do ACE, regulamentando a criação de documentos nato-digitais pelo protocolo. A única documentação que ainda nasce em processo físico são os diplomas, pois a certificação vem de outras universidades, tornando assim inviável o seu processo nato-digital. Os processos produzidos no SIPAC, armazenamento e gestão da documentação compete à Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).*

(Respondente 1) e (Respondente 2): *Geralmente são digitalizados acervos de valor histórico (permanente), até o momento foi digitalizado praticamente todo o acervo Maestro Kaplan, que é um acervo externo que foi recolhido para o Arquivo Central. A digitalização do acervo ocorreu através da realização de um projeto de extensão feito pelo ACE.*

(Respondente 2): *Após a avaliação documental, é verificado o que é de guarda permanente, e assim os documentos podem ser digitalizados.*

(Respondente 1): *É importante se entender que o Arquivo Central só tem gerência oficialmente para cuidar da documentação de valor histórico (permanente). Toda a documentação corrente e intermediária é produzida e se encontra nas unidades da universidade, na Pró-Reitoria, Direção de Centros e etc. O Arquivo Central também orienta o*

¹ Embora a entrevista tenha sido realizada apenas com dois arquivistas, o convite foi enviado por e-mail a todos os arquivistas que tinham seus contatos disponibilizados no Portal do Arquivo Central da UFPB.

sistema de arquivos da universidade, auxiliando em qualquer dúvida que surge a respeito da gestão de documentos, porém o ACE cuida apenas da documentação permanente. O ACE trabalha com a ideia de digitalizar toda a documentação existente no arquivo, assim como trabalhar sob demanda, pois podem ocorrer casos em que o arquivo receba um acervo de valor permanente com necessidade de digitalização, com o intuito de evitar o manuseio do mesmo por questão de segurança, assim como se a documentação estiver com alguma pendência judicial ou algo do tipo e não queremos que as pessoas tenham contato com essa documentação (diretamente), nós digitalizamos e damos acesso ao documento digitalizado, porém caso seja necessário consultar o documento (físico), damos acesso a documentação através de empréstimo.

(Respondente 2): A documentação que ainda será digitalizada são as portarias, que são documentos que já nascem permanentes, atas de reunião, relatórios, projetos de pesquisa, toda a documentação classificada como guarda permanente e for incorporada ao arquivo. Até o momento estamos trabalhando sob demanda. Também temos coleções fotográficas (acervos especiais) do acervo da Reitoria de registros de eventos, pesquisas, solenidades, posses de reitor, que também serão digitalizadas de acordo com as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, para podermos disponibilizar acesso a elas, que inclusive vão ser também objeto de trabalho do memorial da UFPB. Atualmente as fotografias estão em processo de identificação num projeto de extensão e posteriormente serão digitalizadas.

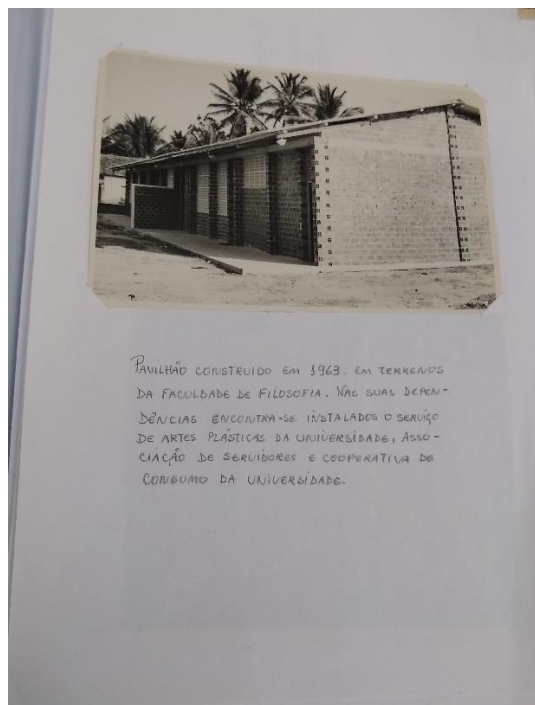
Figura 2: Coleções fotográficas



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Coleções fotográficas provenientes da Reitoria acondicionadas em caixas de polionda, identificadas e organizadas, separadas por assunto ou de acordo com a gestão de cada reitor.

Figura 3: Fotografia identificada e organizada por bolsistas em projeto de extensão



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Esta é uma das fotografias que se encontram acondicionadas nas caixas de polionda de maneira provisória, aguardando a digitalização para enfim serem acondicionadas de modo permanente.

Pergunta 3: Quais os procedimentos utilizados para realizar a digitalização dos documentos do Arquivo Central da UFPB?

(Respondente 1) e (Respondente 2): *Utilizamos dentro do possível os procedimentos descritos no Decreto nº 10.278 que estabelece todos os critérios mínimos para realização dos procedimentos de digitalização. Realizamos todos os processos de preparação da documentação, higienização com retirada de cliques, grampos, limpeza simples com a trincha, fazemos o processo de digitalização em PDF/A (formato de arquivo) e após a digitalização existe todo um processo de análise qualitativa da digitalização e identificação. Estamos finalizando um manual de digitalização com todas as etapas e procedimentos. A nossa ideia é fazer um laboratório de digitalização, estamos pleiteando esse projeto junto com a Reitoria.*

Pergunta 4: Quais foram os principais motivos para começarem a implementar a digitalização no arquivo?

(Respondente 1) e (Respondente 2): *Preservação do documento, assim como permitir a segurança da informação e possibilitar o acesso a documentação. Retomamos a utilização do Atom e quando iniciarmos de forma contínua a digitalização, estaremos disponibilizando os documentos na plataforma. Colocaremos o link da plataforma do Atom no site do ACE.*

Pergunta 5: Como é realizada a preservação da documentação permanente digitalizada?

(Respondente 2) e (Respondente 1): *No momento ainda não temos um repositório, no entanto, como ainda não temos um volume muito grande de documentos digitalizados, começamos neste ano de 2021 a fazer estudos sobre quais são as viabilidades que temos para poder conseguir um repositório digital confiável, mas a instituição ainda não tem previsão de nenhum software, pois ainda estamos pesquisando qual software poderemos pleitear. Como o volume dos documentos digitalizados ainda não é grande, conseguimos manter a documentação guardada em backup na nuvem e nas máquinas digitalizadoras, preservando por enquanto a documentação nesses ambientes, o que não é ideal, mas estamos tentando melhorar, a ideia é que tenhamos um repositório que comporte todo o acervo em um único lugar de acordo com as legislações arquivísticas.*

5.1 DESAFIOS DO ACE QUANTO À DIGITALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Como elucidado anteriormente, os entrevistados acrescentaram comentários relevantes ao término das perguntas, a respeito do funcionamento do arquivo, desafios e planejamentos para proporcionar melhorias quanto a digitalização dos documentos. Os comentários estão divididos por tópicos para melhor compreensão.

a) Desafios do arquivo em meio à pandemia de COVID-19 e escassez operacional quanto à digitalização

(Respondente 2) e (Respondente 1): *É importante deixar claro que é um processo que ainda estamos adaptando, como o arquivo realmente começou a funcionar em 2019, tivemos o problema da pandemia em 2020, então todos os planejamentos que tínhamos feito para executar estes tipos de processos e atividades, ficaram um pouco defasados justamente por*

conta disso, estamos com recursos mínimos trabalhando presencialmente, e de modo remoto fica difícil termos essas viabilidades, principalmente com relação à digitalização, pois é inviável fazer de maneira remota, porque a documentação está aqui, então teríamos que vir pra cá. Para que possamos fazer a parte operacional (digitalização) fazemos parcerias com os estagiários do curso de Arquivologia em estágio não obrigatório (remunerados) ou com os bolsistas de projetos de extensão com orientação de professores e supervisão dos arquivistas.

Figura 4: Scanner Planetário em Estação de trabalho para digitalização



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Equipamento utilizado para realização da digitalização.

b) Acervos com prioridade para digitalização

(Respondente 1) e (Respondente 2): *Tem uma divisão no organograma que é específica para o processo de conservação da documentação digitalizada que é a Divisão de Plataformas de Acesso e Repositório Digital. A prioridade nesse momento para serem digitalizados são esses conjuntos documentais menores, como o acervo Maestro Kaplan, que já está organizado, que conseguimos iniciar e concluir (a digitalização), e os próximos (acervos) só depois que terminarmos a avaliação dos acervos físicos que já temos, prioritariamente os que já estiverem mais organizados, podendo ser o acervo da Reitoria, que é a documentação produzida pelo reitor e posteriormente conforme formos identificando, vamos dando procedimento para a digitalização.*

c) Projeto de laboratório com recursos tecnológicos e equipamentos

(Respondente 1): *Paralelamente o foco é ajeitar o laboratório para que possamos ter uma estrutura legal pra fazer a digitalização, estamos fazendo com algumas máquinas pontuais, mas não temos um laboratório com todas as etapas e procedimentos bem desenhados, a gente faz seguindo o decreto, mas é muito individual o trabalho, temos que padronizar isso e a ideia do laboratório é justamente pra isso, ter os recursos tecnológicos, os equipamentos, para que se possa preparar e capacitar para fazer um processo de forma padronizada.*

Figura 5: Sala utilizada para realização da digitalização



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 6: Sala utilizada para realização da digitalização



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Enquanto não há um laboratório especializado, o processo de digitalização é realizado em uma das salas do ACE.

d) Demandas de documentos

(Respondente 2): *Outro critério que já está sendo utilizado para uma parte das atividades, são as demandas, qual documentação demanda mais consulta, neste caso atualmente está sendo basicamente a documentação da Reitoria, então provavelmente ela será priorizada em decorrência dessa demanda de consulta que estamos tendo. A Reitoria produz atas, relatórios de gestão, relatórios de atividades, portarias institucionais, instruções normativas, resoluções do Consuni e do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, toda essa documentação já nasce permanente e são consultados bastante, sendo assim, esta documentação será priorizada para ser digitalizada após a sua organização.*

Figura 7: Estante de arquivo do acervo da Reitoria



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

e) Digitalização da documentação física e resolução do Consuni regularizando a produção de documentos nato-digitais

(Respondente 1): *É importante lembrar que desde junho de 2019 saiu uma resolução do Consuni que orienta que toda documentação da instituição tem que ser produzida dentro de sistema, o que torna desde então todo o processo (de produção da documentação) em nato-digitais. Sendo assim, toda a documentação que será digitalizada é anterior a isso (junho de 2019), então a partir de 2019, toda a documentação produzida já nasce nato-digital, exceto os diplomas.*

5.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DADOS

Nesta sessão, segue em cada quadro de análises a categorização dos dados, comparando as respostas com o Decreto nº 10.278 e/ou a TTD.

Neste quadro de análises iremos explicitar as documentações digitalizadas e as que ainda serão digitalizadas no Arquivo Central.

Quadro 2: Documentação digitalizada e documentação que ainda será digitalizada

CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS					
QUAIS DOCUMENTOS FORAM DIGITALIZADOS E QUAIS AINDA SERÃO DIGITALIZADOS?					
DOCUMENTAÇÃO DIGITALIZADA					
Acervo Pessoal – Doador ao ACE	Espécie	Tipologia documental	Destinação final (ACE)	Destinação final (TTD)	Observações
Maestro Kaplan	Coleções de livros		Guarda Permanente		
	Partituras		Guarda Permanente		
DOCUMENTAÇÃO QUE SERÁ DIGITALIZADA					
Documentação do ACE	Espécie	Tipologia documental	Destinação Final (ACE)	Destinação final (TTD)	Observações
	Portaria	-Portaria institucional	Guarda Permanente	Guarda Permanente	
	Ata	-Ata de reunião	Guarda Permanente	Guarda Permanente	
	Relatório	-Relatório de gestão -Relatório de atividades	Guarda Permanente	Guarda Permanente	
	Instruções	Instruções normativas	Guarda Permanente	Guarda Permanente	
	Resoluções	-Resoluções do Consuni -Resoluções do Consepe	Guarda Permanente	Guarda Permanente	
	Processos	-Projetos de Pesquisa	Guarda Permanente	Guarda Permanente	
	Fotografias	Coleções fotográficas de acervos especiais	Guarda Permanente		(Documentação o pertencente ao acervo da Reitoria, sendo proveniente de eventos, posses e solenidades)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O acervo Maestro Kaplan é um acervo de fundo fechado, privado, que conta com coleções de livros e partituras, o acervo ainda não foi totalmente digitalizado e será colocado em disposição na plataforma Atom, com link de acesso disponível no site do ACE. De fato,

existem outras espécies e tipologias documentais no Arquivo Central, porém vamos nos ater a esses documentos, pois foi a documentação relatada durante a entrevista. Assim como no exposto acima, os documentos que serão digitalizados, se encontram em conformidade com a Tabela de Temporalidade de Documentos da UFPB, categorizados como permanentes. Não foi encontrado na TTD uma categorização exata que represente o acervo Maestro Kaplan e as coleções fotográficas de acervos especiais.

Quadro 3: Procedimentos técnicos para digitalização de documentos

CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS		
QUAIS OS PROCEDIMENTOS UTILIZADOS PARA REALIZAR A DIGITALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO CENTRAL DA UFPB?		
	Feito pelo ACE	Estabelecido pelo Decreto nº 10.278
Formato de Arquivo	PDF/A	PDF/A
Identificação do documento	Realizada após o processo de digitalização	Identificador único atribuído ao documento no ato de sua captura para o sistema informatizado
Análise de qualidade	Também realizada após a digitalização	Os processos de digitalização devem assegurar a qualidade da imagem, da legibilidade e do uso do documento digitalizado

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nesta comparação a respeito da aplicação de determinados procedimentos para realização da digitalização, os quais foram relatados na entrevista, o Arquivo Central obedece aos procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 10.278, como exposto na tabela acima a sua conformidade aos padrões técnicos mínimos para a digitalização de documentos. Segundo foi relatado por um dos entrevistados, a equipe do ACE, tenta utilizar todos os procedimentos expostos no Decreto nº 10.278. A partir desta categorização e compreensão do decreto, pode-se comprovar que os procedimentos descritos para a digitalização da documentação permanente realizados pelo ACE seguem o Decreto nº 10.278.

Quadro 4: Motivos para implementação da digitalização no arquivo

CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS	
QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS MOTIVOS PARA COMEÇAREM A IMPLEMENTAR A DIGITALIZAÇÃO NO ARQUIVO?	
Motivos alegados pelo Arquivo Central	Estabelecido pelo Decreto nº 10.278
Preservação do documento	-Integridade e a confiabilidade do documento digitalizado -Conforme descrito em preservação dos documentos digitalizados: Os documentos digitalizados sem valor histórico, serão preservados, no mínimo, até o transcurso dos prazos de prescrição ou decadência dos direitos a que se referem.
Segurança da Informação	-Confidencialidade

	-Requisitos de segurança da informação e de proteção de dados, devem seguir os termos da legislação vigente.
Acesso à documentação	Localização e gerenciamento do documento digitalizado.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Conforme a entrevista, esses foram os principais motivos para que o Arquivo Central implementasse a digitalização. O Decreto nº 10.278 não especifica uma sessão sobre a preservação do documento, porém, sabemos que para que um documento seja preservado, o mesmo precisa estar totalmente íntegro em suas funções arquivística, sem nenhum tipo de alteração, preservando o seu suporte. Além da integridade informacional, a segurança da informação é obtida através da confidencialidade, que garante o sigilo quando necessário à sua aplicabilidade. No Decreto nº 10.278, também não consta uma sessão específica para acesso à informação, porém, através da localização e do gerenciamento da documentação, elucidado na sessão sobre manutenção dos documentos digitalizados, podemos identificar o documento e assim possibilitar o acesso. A partir do exposto e da compreensão do decreto, pode-se alegar que o Arquivo Central se encontra em conformidade com o Decreto nº 10.278.

Quadro 5: Realização da preservação da documentação permanente digitalizada

CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS	
COMO É REALIZADA A PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PERMANENTE DIGITALIZADA?	
Preservação realizada pelo Arquivo Central	Estabelecido pelo Decreto nº 10.278
Por enquanto, manter a documentação armazenada em backup na nuvem e nas máquinas digitalizadoras.	Conforme descrito em manutenção dos documentos digitalizados, o armazenamento de documentos assegura a proteção do documento digitalizado contra alteração, destruição, assim como contra o acesso e a reprodução não autorizados O armazenamento também assegura a indexação de metadados que possibilitem a localização e o gerenciamento do documento digitalizado e a conferência do processo de digitalização adotado.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A preservação realizada pelo Arquivo Central não é adequada, devido ser até o momento o único meio possível para a preservação da documentação digitalizada. Os entrevistados afirmaram que estão em processo de pleitear um software de repositório digital confiável de acordo com as legislações arquivísticas para armazenamento de toda a documentação. O Decreto nº 10.278 descreve os procedimentos utilizados para a manutenção da documentação digitalizada, os quais assegura a proteção do documento e a indexação do mesmo, procedimentos esses realizados por repositórios digitais confiáveis, afim de manter a documentação íntegra, acessível e autêntica. Desta forma, por não ter ainda a disponibilidade

de um repositório digital confiável, o Arquivo Central não está de acordo com o Decreto nº 10.278, mediante o exposto.

Assim como expresso posteriormente pelos entrevistados, o Arquivo Central passou a funcionar em 2019, tendo enfrentado a pandemia em 2020, que ainda vigora em 2021, dessa forma causando transtorno nos planejamentos e funcionamento do arquivo, que continua com recursos mínimos para realização das atividades presenciais.

5.2.1 Relação dos procedimentos efetivos do processo de digitalização dos documentos permanentes com a memória institucional

Como foi visto na análise da entrevista, o Arquivo Central persevera na tentativa de seguir os procedimentos técnicos atribuídos ao Decreto nº 10.278 e a Tabela de Temporalidade da UFPB, porém as iniciativas quanto à preservação da memória institucional ainda se encontram em carência de tecnologias suficientes. Neste cenário, o arquivo possui alguns obstáculos,² tais como:

“No momento ainda não temos um repositório [...] começamos neste ano de 2021 a fazer estudos sobre quais são as viabilidades que temos para poder conseguir um repositório digital confiável, mas a instituição ainda não tem previsão de nenhum software, pois ainda estamos pesquisando qual software poderemos pleitear. [...] a ideia é que tenhamos um repositório que comporte todo o acervo em um único lugar de acordo com as legislações arquivísticas” (ENTREVISTA COM OS ARQUIVISTAS).

Outro obstáculo elencado foi com relação ao laboratório de digitalização, sendo afirmado na entrevista que:

“A nossa ideia é fazer um laboratório de digitalização, estamos pleiteando esse projeto junto com a Reitoria. [...] para que possamos ter uma estrutura legal pra fazer a digitalização, estamos fazendo com algumas máquinas pontuais, mas não temos um laboratório com todas as etapas e procedimentos bem desenhados, a gente faz seguindo o decreto, mas é muito individual o trabalho, temos que padronizar isso e a ideia do laboratório é justamente pra isso, ter os recursos tecnológicos, os equipamentos [...]” (ENTREVISTA COM OS ARQUIVISTAS).

Neste contexto, deve-se levar em consideração os procedimentos que se mostram efetivos na tentativa de promover a preservação da memória institucional, que estão sendo realizados seguindo os protocolos de acordo com o Decreto nº 10.278 e a Tabela de

² Para elencar os obstáculos quanto à preservação da memória institucional, foi referido frases dos próprios entrevistados relatando as dificuldades atuais do Arquivo Central durante a entrevista.

Temporalidade de Documentos da UFPB. O processo de organização da documentação se mostra fluído, visto que várias espécies documentais vieram de outros setores da instituição. Neste sentido, esta documentação está sendo analisada e organizada de acordo com as práticas arquivísticas aplicadas pela equipe do Arquivo Central, que realiza a higienização da documentação, para realização dos procedimentos necessários para a digitalização, dando continuidade a esse processo através da análise de qualidade da documentação digitalizada. Esses métodos asseguram a integridade da documentação à medida que for preservada. A equipe do ACE apresenta empenho e vontade de melhorar o arquivo com projetos que já estão em andamento, tentando sempre seguir as legislações arquivísticas.

Porém, apesar de alguns procedimentos favoráveis, falta ao Arquivo Central da UFPB condições técnicas e tecnológicas, no sentido de que não há a existência de um repositório digital confiável para preservação da documentação permanente digitalizada. Embora seja possível ter acesso à documentação digitalizada, as técnicas de trabalho atuais não garantirão a preservação da documentação a longo prazo, desta maneira não há preservação da memória institucional.

É preciso melhorar consideravelmente o armazenamento da documentação permanente digitalizada. Souza e Aganette (2020, p. 3), afirmam que “nesse sentido, a confiabilidade e a autenticidade podem ser conferidas aos documentos abrigados com a adoção de *softwares* de gestão documental como os repositórios digitais”. As autoras também enfatizam que é necessário “um estudo das funcionalidades oferecidas pelo *software* e a verificação da manutenção da cadeia de custódia documental e preservação por longo prazo dos documentos abrigados” (SOUZA, AGANETTE, 2020, p. 3-4).

Desta maneira, o uso de repositórios digitais confiáveis e de plataformas de difusão, possibilitam a consulta e a disponibilidade à documentação de forma mais facilitada, permitindo de maneira ampla a preservação e o acesso a longo prazo, possibilitando que a instituição seja reconhecida e entendida pelo que é. A partir de tudo o que foi exposto, podemos perceber que esses procedimentos ainda não estão sendo aplicados pelo Arquivo Central para que possa viabilizar a preservação da memória institucional de maneira efetiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão quanto à memória institucional, observamos como as instituições se comportam quanto a preservação de seu passado, daquilo que os remete a seus primeiros registros e ações administrativas, construtoras de identidade e significativos permanentes. São

essas características que as diferenciam de não serem iguais a qualquer outra, a identidade institucional preservada através da memória.

Na perspectiva de uma ressignificação da memória institucional das organizações, nos deparamos com conceitos, teorias, até mesmo hipóteses do que seria memória institucional, mas, ainda mais conflituoso, é o que seria memória institucional para as instituições detentoras de registros permanentes, princípios e valores necessários para que a instituição preserve sua essência. É através de toda riqueza memorialística, que uma instituição permanece no contexto contemporâneo, pois é preciso lembrar-se de quem é, para que possa existir, fazer sentido e dar sentido aos indivíduos que dela consomem.

Neste contexto, o Arquivo Central da UFPB se encontra em evolução, tentando avançar apesar das dificuldades, a maioria delas impostas por conta da pandemia de COVID-19. O arquivo apresenta desafios a superar, para que possa promover a preservação da memória institucional. O ACE apresenta dedicação ao tentar seguir aos procedimentos estabelecidos pelo Decreto nº 10.278, assim como à Tabela de Temporalidade da UFPB, para realização do processo de digitalização da documentação permanente. Porém, o arquivo se encontra em desprovimento de condições técnicas e tecnológicas, em relação à preservação da memória institucional.

Uma das limitações apontadas quanto à preservação da memória institucional é a inexistência de um repositório digital confiável, para armazenamento da documentação permanente digitalizada, logo, desta maneira, não será possível preservar a memória da instituição a longo prazo, uma vez que, é necessário a utilização de repositórios digitais confiáveis, à medida que se possa ter controle informacional, confiabilidade e integridade documental, para que seja possível proporcionar a difusão e o acesso, porquanto, sem estes atributos, não se pode conhecer a instituição em seus tempos decorridos.

A ausência de um repositório digital confiável pode apontar para um silenciamento da memória institucional, em virtude de que a documentação permanente digitalizada não está sendo preservada para o futuro, não há preservação a longo prazo, o que pode ocasionar a perda da memória da instituição.

O Arquivo Central da UFPB possui em sua estrutura muitos acervos permanentes que precisam de maior visibilidade para que todos conheçam a importância de preservar uma instituição tão vasta como a Universidade Federal da Paraíba. É nas suas coleções fotográficas e em seus registros de personalidades que se encontram os princípios, costumes e valores dos primórdios da instituição, que continuam a existir através da memória, que precisa ser preservada. São as pesquisas memorialísticas que trazem à tona a existência identitária da

instituição, fazendo com que a partir de novos olhares, possamos enxergar a instituição como um todo de valor coletivo e importância social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Inf. Inf., Londrina, v. 19, n. 1, p. 01 – 30, jan./abr. 2014.
- _____. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. (ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.
- BARBOSA, Andréia Arruda. O Lugar da Memória Institucional nas Organizações Complexas. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. BERELSON, B. Content analysis. In: Communication Research. New York: University Press, 1952.
- BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, 31: jan./jun. 2002, p. 167-175.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BORKO, Harold. Ciência da informação: o que é isto? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf Acesso em: 23 set. 2020.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, Editor Ltda. 1979.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento 1: de Gutenberg a Diderot**. Zahar, 2003.
- BRASIL. Decreto nº 10.278 de 18 de Março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10278.htm Acesso em: 21 jun. 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá

outras providências. **Diário Oficial da União**: edição extra, Brasília, DF, p. 1-74, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em 11 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 455, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 15.869, 13 dez. 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3835.htm Acesso em: 18 set. 2020.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm Acesso em: 13 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Conselho Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro-RJ. 2001. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/ccitt_meio.pdf Acesso em: 26 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais**. v. 6, jul. 2014. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2004ctdeglossariov1substituido.pdf> Acesso em: 26 set. 2020.

DUARTE, Renato Crivelli; BIZELLO, Maria Leandra. Patrimônios documentais: “para quê?” E “para quem?”. **IV Colóquio em organização, acesso e apropriação da informação e do conhecimento (COIAC)**. p. 173-187. Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 22-23 de ago. 2017.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion carlos. **A preservação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais**. Sér. Patrim. Cult. E exten. Univ., n. 3, fev. 2014.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Memória e informação. In: ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da. (orgs.). **Biblioteca**: conhecimentos e práticas. Porto Alegre: Penso, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. Quatro proposições sobre memória social. In: **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2005.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, v. 8, n. 13, 2008. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815/4305> Acesso em: 18 set. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JARDIM, José Maria. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 251-260, 1992.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 129-148, jan./jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862012000100009 Acesso em: 18 set. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

MITCHELL, William. Lugares, arquiteturas e memórias. In: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 52-63.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> Acesso em: 18 set. 2020.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PARRELA, Ivana; NASCIMENTO, Adalson. Memória institucional e arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. esp., 176-188, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3901/2240> Acesso em: 24 ago. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> Acesso em: 18 set. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RESOLUÇÃO CONSUNI nº 43/2018. Cria o Arquivo Central e o Sistema de Arquivos. Disponível em: <https://www.ufpb.br/arquivocentral/contents/noticias/em-14-de-dezembro-de-2018-foi-aprovada-pelo-conselho-universitario-consuni-a-criacao-do-arquivo-central-e-sistema-de-arquivos-da-ufpb/resolucao-no-43-criacao-do-arquivo-central.pdf/view> Acesso em: 24 set. 2020.

RESOLUÇÃO CONSUNI nº 10/2019. Dispõe sobre o processo administrativo eletrônico no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, estabelece os parâmetros para sua implementação, funcionamento e uso. Disponível em: <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn%3Aaaid%3Aascds%3AUS%3Aa1578819-9298-4dc3-9e94-149dfe3fd4b0#pageNum=1> Acesso em: 24 set. 2020.

RESOLUÇÃO CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html Acesso em: 26 set. 2020.

RESOLUÇÃO CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Acesso em: 26 set. 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e sociedade**. São Paulo, v. 29, n. 47, p. 99-114, 2005. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/737/744> Acesso em: 11 set. 2020.

RIBEIRO, Fernanda. Memória, informação e ciência da informação: relações e interdependência. OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. (orgs.). **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora da UnB, 2017. p. 105-114.

RIBEIRO, Josino e Carvalho; LIMA, Izabel França de; SILVA, Leide Klébica Rodrigues. Memória institucional e preservação da informação: a preservação digital da Revista do Fisco. **Biblios**. n.73, 2018. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/338/350> Acesso em: 11 set. 2020.

SANTOS, Silvana; VENÂNCIO, Renato. Arquivos institucionais e memória da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo dos arquivos de arquitetura. In: NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea. (orgs.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 59-82.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 13 set. 2020.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Fundamentos da informação I: perspectivas em ciências da informação**. São Paulo: ABECIN Editora, 2017.

SILVA, Daniele Augusto dos Santos; GODOY, Emília Soares da Silva. O arquivo na construção da memória institucional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação: RBBD**, Brasília, v. 13, p. 2767-2778, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/912/971> Acesso em: 24 ago. 2020.

SILVA, Armando Malheiros da; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Port: Edições Afrontamento, 2008.

SOUZA, Luciana Gonçalves Silva. AGANETTE, Elisângela Cristina. Repositórios Digitais Confiáveis: uma revisão da literatura nacional e internacional publicada em periódicos científicos. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.30, n.1, p. 1-20, jan./mar. 2020.

TANUS, Gabriele Francinde de S. C.; RENAÚ, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito e documento em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220/234> Acesso em: 24 set. 2020.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THOMAZ, K. P. A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas. 389 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/apresentacao/historico> Acesso em: 23 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. ARQUIVO CENTRAL. **Quem somos?** 2019. Disponível em: <http://www.ufpb.br/arquivocentral/contents/menu/assuntos/quem-somos>. Acesso em: 24 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Tabela de Temporalidade de Documentos da UFPB**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consuni/resolu/2001/Runi200108.htm> Acesso em: 21 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. ARQUIVO CENTRAL. **Trajetória Arquivística da UFPB**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/arquivocentral/contents/menu/assuntos/apresentacao>. Acesso em: 24 set. 2020.

WARWICK, Kevin. Memória cibernética e cérebro em rede. *In*: CASALEGNO, Federico. **Memória cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 105-114.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista aplicada aos arquivistas do Arquivo Central da
Universidade Federal da Paraíba**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ENTREVISTA

Projeto de Mestrado: As influências da tecnologia quanto à preservação da memória: uma análise reflexiva sobre a digitalização de documentos permanentes no Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba

Mestrando(a)/Pesquisador(a): Gigliolla de Lourdes Batista Moura

Endereço: Rua Cajazeiras nº513, Municípios, Santa Rita, PB

E-mail: gihmoura@hotmail.com

Telefone: 83 98718-8970

Profª Orientadora: Drª Maria Cleide Rodrigues Bernardino

1) Quanto tempo está na Chefia do Arquivo Central da UFPB? _____

2) Quais documentos foram digitalizados e quais ainda serão digitalizados?

3) Quais os procedimentos utilizados para realizar a digitalização dos documentos do Arquivo Central da UFPB?

4) Quais foram os principais motivos para começarem a implementar a digitalização no arquivo?

5) Como é realizada a preservação da documentação permanente digitalizada?

Muito Obrigada!

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Mestrado: As influências da tecnologia quanto à preservação da memória: uma análise reflexiva sobre a digitalização de documentos permanentes no Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba

Mestrando/Pesquisador: Gigliolla de Lourdes Batista Moura

Endereço: Rua Cajazeiras nº513, Municípios, Santa Rita, PB

E-mail: gihmoura@hotmail.com

Telefone: 83 98718-8970

Prof.^a Orientadora: Dr.^a. Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFPB

Centro de Ciências da Saúde – 1º andar

Endereço: Campus I – Cidade Universitária CEP: 58.051-900

Telefone: 83 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: 07:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 hs

Coordenadora: Eliane Marques Duarte de Sousa

Secretária: Andrea Márcia da Cunha Lima

Maria Aparecida Carvalho P. Nóbrega

Este questionário tem o objetivo de contribuir para uma pesquisa de Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB), intitulada “**As influências da tecnologia quanto à preservação da memória: uma análise reflexiva sobre a digitalização de documentos permanentes no Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba**”.

A pesquisa tem como **objetivo geral** refletir sobre a digitalização de documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB e sua contribuição para a preservação da memória institucional.

E como **objetivos específicos**:

- Compreender a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) e o Decreto nº 10.278, de 19 de março de 2020, - que estabelece os procedimentos técnicos e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados -, para realização dos procedimentos de digitalização de documentos permanentes do Arquivo Central da UFPB;
- Categorizar os documentos permanentes constante do Arquivo Central da UFPB a serem digitalizados, de acordo com a TTD e o Decreto nº 10.278;
- Verificar os procedimentos efetivos do processo de digitalização dos documentos permanentes e sua relação com a memória institucional.

Riscos e Benefícios da Pesquisa:

Riscos: Durante a entrevista, o indivíduo estará exposto a perguntas as quais ele só terá conhecimento no ato da entrevista.

Benefícios: Será mantido em caráter de sigilo a identidade dos entrevistados, não havendo exposição dos nomes dos mesmos.

Esclarecemos que as respostas serão usadas apenas para fins acadêmicos e que a sua participação é muito importante para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados.

Asseguramos que o respondente não será identificado ou divulgado, resguardando seu direito de privacidade e garantindo a ética na pesquisa.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

- a) receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
- b) retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
- c) não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
- d) procurar esclarecimentos junto aos pesquisadores responsáveis.

Antecipadamente agradecemos a sua participação.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar do projeto/ou desejar participe da pesquisa.

João Pessoa, PB, _____ de _____ de 2021.

Nome do responsável: _____

Autorização/Assinatura: _____

Eu, **Gigliolla de Lourdes Batista Moura**, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

Assinatura: _____